

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIAS
ESCOLA DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

RAFAEL FELIPE BEZERRA SOARES

**NACIONALISMO E AS GUERRAS DE INDEPENDÊNCIA
DA CROÁCIA E DA BÓSNIA**

GOIÂNIA

2021

RAFAEL FELIPE BEZERRA SOARES

**NACIONALISMO E AS GUERRAS DE INDEPENDÊNCIA
DA CROÁCIA E DA BÓSNIA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado à Escola de Direito e Relações
Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de
Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Relações Internacionais.
Orientador(a): Prof. Dr. Danillo Alarcon

GOIÂNIA

2021

Soares, Rafael Felipe Bezerra. 2021.

Nacionalismo e as Guerras de Independência da Croácia e da Bósnia/ Rafael Felipe Bezerra Soares. – Goiânia, 2021.

Total de folhas: 61 f. il.

Orientador: Prof. Dr. Danillo Alarcon

Monografia (Curso de Graduação em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito e Relações Internacionais, Goiânia, 2021.

1. Iugoslávia. 2. Nação. 3. Nacionalismo. 4. Independência. 5. Croácia. 6. Bósnia. I. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito e Relações Internacionais. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

RAFAEL FELIPE BEZERRA SOARES
NACIONALISMO E AS GUERRAS DE INDEPENDÊNCIA
DA CROÁCIA E DA BÓSNIA

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Escola de Direito e Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.
Orientador(a): Prof. Dr. Danillo Alarcon

Aprovada em 16 de junho de 2021.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Danillo Alarcon

Prof. Dr. Pedro Araujo Pietrafesa

Prof. Dra. Aline Tereza Borghi Leite

À minha mãe e a meu pai, meus maiores
amores, por possibilitarem e apoiarem meus
estudos.

RESUMO

Neste trabalho monográfico, o objetivo central é analisar a relação entre Estado e Nação e suas consequências para as Guerras de Independência da Croácia e da Bósnia. Este trabalho buscará compreender o significado dos conceitos de nação e nacionalismo através de uma abordagem teórica ampla, através do estudo bibliográfico. Também será abordado, como relato histórico, os processos que envolveram a região no período após a Primeira Guerra Mundial quando surgiu o Estado iugoslavo, até as Guerras de Independência da Croácia e da Bósnia durante o início da década de 1990, que resultou na dissolução do Estado iugoslavo. O trabalho recorre a fontes secundárias, com revisão da bibliografia sobre nação, nacionalismo e a construção da Iugoslávia até o final dos anos 1980. No contexto histórico mundial, ao final da década de 1980 era dos Estados Unidos e da União Soviética caminhando para fim da Guerra Fria, desencadeando a aparição de diversos conflitos internos dos países, que haviam se mantido ocultos, ou silenciados, perante a ameaça de um conflito nuclear. Na região dos Bálcãs, o contexto ao final da década de 1980, era de instabilidade política e ressurgimento do sentimento nacionalista entre as repúblicas que formavam a antiga Iugoslávia. Enfim, no início da década de 1990, políticas nacionalistas por parte dos Estados utilizaram o discurso nacionalista como arma, objetivando, por parte da Croácia e da Bósnia, a independência, e por parte dos sérvios, apesar do discurso expressar a intenção de defender seu povo, buscavam a purificação da raça, praticando limpezas étnicas até a intervenção da OTAN em 1995 que resultou no Acordo de Dayton, pondo fim às Guerras.

Palavras-chave: Iugoslávia; Nação; Nacionalismo; Independência; Croácia; Bósnia.

ABSTRACT

In this monographic work, the main objective is to analyze the relationship between State and Nation and its consequences for the Croatian and Bosnian Wars of Independence. This work will seek to understand the meaning of nation and nationalism through a broad theoretical approach, through bibliographical study. It will also be discussed, as a historical account, the processes that involved the region in the period after the First World War when the Yugoslav State emerged, until the Croatian and Bosnian Wars of Independence during the early 1990s, which resulted in the dissolution of the Yugoslav State. The work uses secondary sources, with a review of the bibliography on nation, nationalism, and the construction of Yugoslavia until the end of the 1980s. In the world historical context at the end of the 1980s, it was the United States and the Soviet Union towards the end of the war Cold, triggering the appearance of several internal conflicts in the countries, which had remained hidden, or silenced, in the face of the threat of a nuclear conflict. In the Balkan region, the context at the end of the 1980s was one of political instability and a resurgence of nationalist sentiment among the republics that formed the former Yugoslavia. Finally, in the early 1990s, nationalist policies on the part of the States used the nationalist discourse as a weapon, aiming, on the part of Croatia and Bosnia, for independence, and on the part of the Serbs, despite the speech expressing the intention to defend their people, sought the purification of the race, practicing ethnic cleansing until the NATO intervention in 1995 that resulted in the Dayton Agreement, ending the Wars.

Key Words: Yugoslavia; Nation; Nationalism; Independence; Croatia; Bosnia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 ABORDAGEM TEÓRICA SOBRE O CONCEITO DE NAÇÃO E NACIONALISMO	11
1.1 O QUE É O NACIONALISMO?	11
1.2 OS DEBATES SOBRE AS ORIGENS DAS NAÇÕES E DOS ESTADOS-NAÇÃO	13
2 FORMAÇÃO DA IUGOSLÁVIA	19
2.1 A CRIAÇÃO DA IUGOSLÁVIA E O CONTEXTO DO PÓS-PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL	19
2.2 A GUERRA FRIA E A POLÍTICA EXTERNA DA IUGOSLÁVIA DE TITO	25
2.3 A POLÍTICA INTERNA IUGOSLAVA E O CONTEXTO PÓS-MORTE DE TITO	32
3 A INFLUÊNCIA DO NACIONALISMO NAS GUERRAS DE INDEPENDÊNCIA DA CROÁCIA E BÓSNIA	36
3.1 A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA DA CROÁCIA	37
3.1.1 Cerco de Vukovar	41
3.1.2 Cerco de Dubrovnik	42
3.2 A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA DA BÓSNIA-HERZEGOVINA	44
3.2.1 Operação Storm e Intervenção da Otan (1995)	48
3.2.2 Cerco de Sarajevo	50
3.3 ACORDO DE DAYTON	51
CONCLUSÃO	55
REFERÊNCIAS	57

INTRODUÇÃO

O objetivo central deste trabalho é analisar a relação entre Estado e Nação e suas consequências para as Guerras de Independência da Croácia e da Bósnia, que formavam parte da Iugoslávia. Esta foi formada durante o período entre as guerras mundiais (1920-1939), como um grande "caldeirão" multiétnico que se encontrava perturbado politicamente e abalado economicamente. Apesar de ser formada por vontade das lideranças dos países constituintes da Iugoslávia (Bósnia e Herzegovina, Sérvia, Eslovênia, Croácia, Montenegro, Macedônia), o governo foi controlado pelos sérvios, que visavam beneficiar somente aqueles da mesma etnia, causando conflitos de interesses entre as nações e o Estado iugoslavo. Conforme Pierre Vilar (apud HOBBSAWM, 1990), para que o nacionalismo floresça, as pessoas precisam definir seus objetivos e interesses e dividi-los com a nação, o que se tornou inviável para aqueles cidadãos da Iugoslávia não-sérvios, pois, como poderiam apoiar um governo que não oferece reciprocidade? Estes problemas foram abafados pela Segunda Guerra Mundial, e logo após, pela ascensão do ditador Josip Broz Tito, que manteve sob controle toda a região por mais de trinta anos, até sua morte.

Tito se tornou um herói e líder (por meio de eleições) iugoslavo após a Segunda Guerra Mundial. Apesar de ser um governo comunista, a Iugoslávia de Tito não se alinhou à União Soviética, e em 1950 se tornou "neutra" (em relação ao apoio para os dois blocos dominantes durante a Guerra Fria, os capitalistas liderados pelos Estados Unidos e o comunista alinhados à União Soviética), o que permitiu o país emergir no sistema internacional como líder do movimento não-alinhado (ZIVOCTIC; CAVOSKI, 2016). O fato de Tito não se alinhar à União Soviética impediu-o de receber apoio financeiro, e por volta de 1948 a Iugoslávia passava por uma forte crise financeira. Em meados de 1950, Tito impôs o sistema de autogestão, que permitia que as empresas do país fossem geridas completamente por seus funcionários, resultando em bons resultados devido à competição entre elas (SEVERO 2011). Neste período em que Tito assumiu o controle do país, o cenário era de estabilidade entre as diversas identidades nacionais, isto se deu porque Tito era um tirano e combatia os movimentos nacionalistas através da força.

Porém, como veremos, com a morte do ditador em 1980, sem um sucessor previsto, os países da Iugoslávia buscaram manter o revezamento do poder, entretanto, o tempo de governo (1 ano) era muito curto e não permitia consolidar políticas efetivas para o grande país plurinacional, e novos conflitos de interesses entre o Estado e a Nação começaram a surgir. Isto se deve aos mesmos motivos que conturbaram a Iugoslávia no entreguerras: o Estado

(representado pelos sérvios) estava executando políticas públicas contra sua nação (os não-sérvios). De fato, é surpreendente como que por quase um século a Sérvia fez o estado servi-la mesmo sendo multiétnico. Novamente os sérvios buscavam se beneficiar em detrimento das outras etnias, gerando um desconforto mútuo de diversos países em relação à gestão da Iugoslávia por parte dos sérvios. Ao final da década de 1980, Slobodan Milosevic líder sérvio e da Iugoslávia, lançou o projeto nacionalista da Sérvia de unir todo seu povo (denominado a “Grande Sérvia”) e acabou por gerar reações nacionalistas opostas, como o projeto nacionalista croata proposto pelo líder Franjo Tudjman denominado “Grande Croácia”, o qual assim como o de Milosevic, estava carregado de propostas racistas e xenofóbicas que visavam uma “limpeza étnica”. Outras reações à proposta de Milosevic foram as vontades de se tornarem mais autônomas e conseqüentemente independentes por parte da Eslovênia e do nosso foco de estudo, a Croácia e a Bósnia. Esta atitude de Milosevic que retomava um projeto de mais de um século atrás, pode ser explicada por Hall (2005), que ressalta a necessidade que alguns países têm de retomar glórias do passado para unir seu povo com um objetivo em mente.

Em 1991, a Iugoslávia era uma bomba relógio formada por um “caldeirão étnico”. Os sérvios habitantes na Croácia rebelaram-se contra o governo croata e formaram a Região Autónoma Sérvia de Krajina, ao leste do país em fronteira com a Bósnia. Meses depois, Eslovênia e Croácia declararam sua independência e entraram em conflito com a Sérvia. Após intensos bombardeios, a Eslovênia conseguiu um acordo, entretanto a Croácia guerreou até 1992 tendo como eventos marcantes os cercos de Vukovar e Dubrovnik, que incluem morte e exílio em massa dos croatas, além da destruição de monumentos considerados patrimônio histórico pela UNESCO, quando enfim foi acordado um cessar-fogo entre as partes. Ainda em 1992, a Região Autónoma Sérvia de Krajina proclamou a República Sérvia de Krajina.

Na Bósnia, o conflito se tornou mais étnico. Em 1992, quando o líder do partido muçulmano, Izetbegovic, expôs sua vontade de se separar da Iugoslávia, e em seguida declarou a independência da Bósnia-Herzegovina, o líder do partido sérvio-bósnio Radovan Karadžić, proclamou a República Srpska ou República Sérvia da Bósnia-Herzegovina, dividindo a Bósnia em duas Repúblicas. Como veremos, o país se tornou o mais afetado em todo o conflito. Isto se deve por ter sua população formada por sérvios-bósnios, muçulmanos-bósnios e croatas-bósnios. A violência desta guerra incluiu o assassinato de crianças e inocentes no cerco a Sarajevo e no genocídio étnico realizado pelos sérvios-bósnios aos muçulmanos-bósnios no Massacre de Srebrenica.

O fim destas Guerras só aconteceu em 1995, após sanções econômicas para a Iugoslávia (Sérvia e Montenegro) e investidas da Croácia contra a República Sérvia de Krajina, que

resultou na retomada do território croata e em cerca de 150.000 exilados sérvios, e da OTAN bombardeando os sérvios-bósnios na Bósnia. Ao final de 1995 os representantes dos croatas (Tudjman), muçulmanos (Izetbegovic) e sérvios (Milosevic) foram convocados para se reunirem com o então presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, em Dayton, Ohio, chegando a um acordo chamado “Acordo de Dayton”, o qual foi assinado formalmente em 14 de dezembro de 1995, em Paris.

Buscaremos a partir de uma ampla revisão bibliográfica, as definições sobre os conceitos de nação e nacionalismo, em seguida analisaremos o contexto histórico que envolveu a formação da Iugoslávia no pós-Primeira Guerra Mundial até suas Guerras de Independência durante o início da década de 1990. No primeiro capítulo, discutiremos o conceito e os aspectos históricos da nação e do nacionalismo. No segundo capítulo, analisaremos a formação da Iugoslávia no período após a Primeira Guerra Mundial até o final dos anos 1980. No terceiro capítulo, estudaremos especificamente a situação da independência da Croácia e da Bósnia-Herzegovina. A partir do estudo de caso sobre as Guerras de Independência da Croácia e da Bósnia concluiremos os resultados dos impactos e influências que o nacionalismo teve na dissolução da Iugoslávia, observando o descumprimento da função do Estado-Nação por parte da Iugoslávia, a qual deveria garantir a segurança e os direitos de sua população. Isto se deu devido ao fato de ter sido governada a maior parte de sua existência por sérvios, que sempre buscaram priorizar sua identidade dentre os outros povos constituintes do país, tornando-se uma ameaça para as outras identidades.

1 ABORDAGEM TEÓRICA SOBRE O CONCEITO DE NAÇÃO E NACIONALISMO

A definição de nacionalismo não é óbvia e dispende de explicações. Por esse motivo, iniciamos este trabalho discutindo sobre as várias definições de nacionalismo propostas por diversos autores. Este capítulo não tem como objetivo esgotar o conceito de nacionalismo, porque como veremos há inúmeras possibilidades para defini-lo. A ideia é entender justamente o que ele significa para as relações internacionais do século XX e seus reflexos na história da Iugoslávia, para isto vamos tratar o nacionalismo como um povo que se identifica com seus semelhantes, por possuírem uma mesma história, traços culturais e linguísticos. Abordaremos nação como um conjunto dessas pessoas, que, mesmo não possuindo um mesmo território, se identificam pertencentes ao mesmo lugar, como por exemplo os croatas que vivem na Bósnia, ou os Sérvios que vivem na Croácia. Atualmente, o nacionalismo está presente no cotidiano das pessoas na nacionalidade, desde o nascimento, baseando-se nos critérios *jus soli* e *jus sanguinis*, em tradução livre “direito ao solo” e “direito de sangue”; o primeiro atribui a nacionalidade ao local de nascença, o segundo atribui a nacionalidade ao sangue, ou seja, a partir da descendência da família de sangue. Essas não são definições óbvias, pois estão amparadas em séculos de evolução da noção de pertencimento a localidades e entidades políticas.

1.1 O QUE É O NACIONALISMO?

Podemos compreender o conceito de nacionalismo como a identificação do indivíduo de pertencer a um povo, ou território, levando em consideração questões como a cultura, formas para se distinguir de outros povos e a língua (HOBSBAWM, 1991 apud MATHIAS; AGUILAR, 2012). A língua, apesar de ser um aspecto importantíssimo, não pode ser o único requisito para definir o pertencimento do indivíduo a uma nação, tampouco o nascimento em um determinado território ou Estado definirá sua nação. É preciso que haja outros fatores adicionados, pois analisando historicamente a Alemanha nazista, vemos judeus e alemães nascidos no mesmo lugar e compartilhando a mesma língua sem pertencerem à mesma nação. Para Montserrat Guibernau (1997), devemos analisar a diferença entre nacionalismo e nação, sendo o primeiro, um grupo que se identifica e forma uma unidade sem formar sociedades políticas (onde se encaixam os judeus na época), enquanto o segundo é formado por um grupo nacionalista o qual está sob as rédeas do Estado (alemães que se identificavam com o nazismo).

Para Pierre Vilar (apud HOBSBAWM, 1990), o que determinava a existência do nacionalismo era a relação entre o indivíduo e a nação, a forma como ele agia (punha como

prioridade) entre seus interesses e os interesses da nação. Já na França do século XVIII, o conceito de nação era entendido conforme a identidade do Estado, e para que ele adquirisse essa “identidade”, era necessário observar seu povo, pois, é o povo que molda o Estado, conforme as características da população que habita o território (HOBSBAWM, 1990).

Para o dicionário Oxford Languages, a definição para nacionalismo é o "sentimento de pertencer a um grupo por vínculos raciais, linguísticos e históricos que reivindica o direito de formar uma nação autônoma". Essa definição ressoa o que para Hobsbawm (1990) é a vontade compartilhada, um sentimento comum entre indivíduos de uma mesma origem ou história. Outros autores também tratam dessa vinculação partilhada em grupo:

Ora, o nacionalismo não é o despertar de uma velha força, latente e adormecida, embora seja assim que de fato se apresenta. É, na realidade, a consequência de uma nova forma de organização social, baseada em culturas eruditas profundamente interiorizadas e dependentes do fator educação, sendo cada uma delas protegida pelo seu próprio Estado (GELLNER, 1993 apud COSTA, 2007, p. 1035).

Azar Gat e Alexander Jakobson (2014) comparam o nacionalismo étnico com o chamado nacionalismo cívico, o qual é explicado como um grupo que apesar de não possuírem traços genéticos em comum, possuem um desejo mútuo de integração (o que ocorre por exemplo, em territórios formados por imigrantes). Esse processo resulta na criação de um Estado-nação e surgimento do sentimento nacionalista, e que apesar de não possuir traços genéticos de ancestrais em comum, a união entre estes povos pode resultar em uma nova genética que terá laços sanguíneos com ambos os povos presentes no novo território.

Se o nacionalismo é, conforme Gellner (1993 apud COSTA, 2007), o resultado da organização social em um determinado Estado, isso indica que cada Estado possui sua própria organização social, diferenciando uns dos outros. Para Weber (1994 apud COSTA, 2007, p. 1026) essa diferenciação gera nos indivíduos de cada Estado, um “sentimento específico de ‘honra’ e ‘dignidade’”.

Para Wimmer (2018), o problema é que a falta de representação política empurra um indivíduo que não se sente representado pelo governo a se orgulhar menos de sua nação e se identificar mais com grupos também discriminados, o que pode resultar em guerras civis, assim como ocorreu na região da antiga Iugoslávia. “O que importa não é a diversidade em si, mas como ela está conectada à representação política e ao poder. O orgulho nacional, no entanto, não é estático ao longo do tempo” (WIMMER, 2018, p. 5, tradução nossa). Wimmer faz uma proposta importante sobre nação e Estado: para ele não importam em si as diferenças étnicas, por exemplo, já que Estado e nação são categorias políticas.

O nacionalismo pode ser um princípio político, maleável e adaptado para ser usado por indivíduos interessados em abusar deste conceito para atingir seus objetivos através da manobra de massa, inclusive incentivando movimentos separatistas, como foi o caso da região dos Bálcãs na década de 1990 (ARAÚJO, 2001). A falta de confiança no governo atíça sentimentos étnicos ocultos, e as identidades nacionais tendem a encorajar a solidariedade com aqueles que se identificam e a hostilidade com o diferente.

Stuart Hall (2005) explica que o discurso cultural é cauteloso ao se manter entre as lembranças das glórias do passado e buscar desenvolver-se e avançar para o futuro. “As culturas nacionais são tentadas, algumas vezes, a se voltar para o passado, a recuar defensivamente para aquele 'tempo perdido', quando a nação era ‘grande’” (HALL, 2005, p. 56). Entretanto, por vezes esse discurso é utilizado de forma hostil a incentivar xenofobia e agressões para expulsar aqueles que são ou pensam “diferentes”. Cabe ressaltar que “no nacionalismo a exclusão é tão importante quanto a inclusão. [...] A ideia de bem e mal aparece nitidamente em nacionalistas separatistas, de acordo com o objetivo de cada método utilizado” (ARAÚJO, 2001, p. 12).

Segundo Gat e Yakobson (2014), o nacionalismo foi uma criação modernista aprimorada na pós-modernidade por ideologias políticas do nosso tempo, e enfatiza que o nacionalismo ganhou forças na modernidade devido à concentração de massa nas grandes cidades e sua vontade de expressar e afirmar suas opiniões políticas nacionalistas. Desta forma foi necessário que os políticos respondessem às vontades do povo. Hall (2005) resalta que no mundo moderno nossas culturas nacionais são demasiadas importantes para nossa identidade cultural, pois através dela nos identificamos como pertencentes ao nosso país de nascimento, como por exemplo brasileiro, mesmo que não haja nada em nosso gene que define isto.

1.2 OS DEBATES SOBRE AS ORIGENS DAS NAÇÕES E DOS ESTADOS-NAÇÃO

Em sua obra "Nações e Nacionalismo", Hobsbawm (1990) logo em seu primeiro capítulo nos apresenta a diferença da definição de nação antes de 1884 e após esta data. Segundo ele, antes de 1884 seu significado era de “o agregado de habitantes de uma província de um país ou de um reino”, entretanto após esta data foi ressignificada como sendo “um Estado ou corpo político que reconhece um centro supremo de governo comum [...] o território constituído por esse Estado e seus habitantes, considerados como um todo” (HOBBSAWM, 1990, p. 27), ou seja, se antes nação era definida apenas como um povo vivendo em um território, hoje nação compreende a necessidade da existência de um governo para este povo que vive em um determinado território.

Para Heinrich Zedler (1740, apud HOBBSAWN 1990, p. 30), a definição original de nação eram cidadãos que partilhavam de costumes, valores e leis, sem significado territorial, pois membros de diferentes nações poderiam viver em uma mesma província. Diferente da definição “original”, o conceito de nação na modernidade é, segundo Hobsbawm (1990), muito recente e basicamente político.

Para Hobsbawm (1990, p. 31), em uma definição anterior à Era das Revoluções, a nação era formada por “povo, união, confederação, nossa terra comum, público, bem-estar público ou comunidade”.

Edwin Cannan pensava que a ‘nação’ de Adam Smith consistia apenas de uma coleção de indivíduos vivendo em um território do Estado, e considerava que o fato de em cem anos toda esta gente estar morta tornava impossível falar de ‘nação’ como uma entidade continuamente existente (HOBBSAWM, 1990, p. 39).

Outras definições apontadas por Hobsbawm (1990) tem como base a Enciclopédia Brasileira, que define nação como cidadãos de um mesmo Estado regidos por um governo que tenha os mesmos interesses, tradições e aspirações. Já no Dicionário da Academia Espanhola, a nação é formada pela origem étnica, tradições e língua. No dicionário holandês, nação era formada apenas por um povo pertencente a um estado, sem necessariamente falarem a mesma língua. Para o New English Dictionary, em 1908, a definição antiga de nação era étnica e a mais recente possui um caráter de independência e unidade política, essa definição ficou conhecida como “princípio da nacionalidade” e foi responsável por moldar o mapa político da Europa após 1830. A partir desse ano, o uso da palavra nação tornou-se instrumento social e político, em especial na Era das Revoluções. É a partir daí que, segundo Hobsbawm (1990), devemos nos atentar ao seu significado moderno. Para ele, o significado fundamental mais utilizado na literatura era o político, o qual unia Estado e nação “à maneira das revoluções francesa e americana, uma equalização que soa familiar em expressões como ‘Estado-nação’”. Assim, “nação era o corpo de cidadãos cuja soberania coletiva os constituía como um Estado concebido como sua expressão política” (HOBBSAWM 1990, p. 31).

Mauss (1956 apud COSTA, 2007) aponta três princípios essenciais para definir uma nação: o primeiro é a integração social da população; o segundo é uma unidade econômica, como a utilização de uma moeda em comum, e a confiança em seu valor; o terceiro e último é o mais complexo, pois necessita da participação de todos na construção da nação, com valores, e interesse. Já para Hobsbawm (1990, p. 49-50), nas concepções dos liberais do século XIX, os três critérios para se classificar uma nação são: (1) “sua associação histórica com um Estado existente ou com um Estado de passado recente e razoavelmente durável.”; (2) “existência de

uma elite cultural longamente estabelecida que possuísse um vernáculo administrativo e literário escrito.”; (3) “uma provada capacidade para a conquista”. Porém, obviamente existiam outros caminhos para ser reconhecido como nação, e o caminho mais seguro, conforme o autor, era seguir pelos padrões do liberalismo, de preferência pertencendo a uma entidade política com história de lutas e progresso.

De acordo com Hobsbawm (1990), para os revolucionários da Revolução Francesa, não há necessidade da língua para a formação de uma nação, como ocorreu com os alsacianos e gascões que mesmo falando uma língua diferente, continuaram sendo franceses. Para os revolucionários, a definição de nação não se dá por meio da etnicidade ou língua, e sim do interesse em comum sob o particular. Entretanto Hobsbawm (1990, p. 33) faz uma importante observação onde a língua e a etnia acabam sendo utilizadas como fator de definição para a nacionalidade, pois “para a maioria dos jacobinos, um francês que não falasse francês era suspeito e que, na prática, o critério etnolinguístico de nacionalidade era frequentemente aceito”. De fato, o requisito para se tornar francês não se dava ao fato de nascer “sabendo” a linguagem francesa, e sim de aprendê-la, assim como adotar as leis e outras características do povo francês.

Segundo Hall (2005), as pessoas que se identificam com sua nação, o fazem, pois, são incluídas na sua política e mais importante ainda, sua cultura, o que resulta em um sentimento de identidade e lealdade. Estes sentimentos que na pré-modernidade eram dedicados às tribos, religião e região, passaram a pertencer ao Estado-nação na modernidade. Com a criação do Estado-nação, criou-se um sistema de educação nacional e facilitou a homogeneização da cultura nacional, gerando representação e reconhecimento identitário. A cultura nacional utiliza-se de diversos instrumentos e instituições, entre estes, o discurso, capaz de afirmar identidades, moldar objetivos e construir sentidos que definem quem nós somos. Através do nosso entendimento sobre a nação, e das histórias contadas que ligam memórias do passado com o presente, criamos nossa própria perspectiva sobre como a nação foi formada por nossos ancestrais, desta forma, conforme Benedict Anderson (1983 apud HALL, 2005, p. 51) criamos nossa “comunidade imaginada”. Anderson (apud HALL, 2005) diz que a diferença entre as nações está no modo como cada uma é imaginada.

Para melhor compreensão de como são formadas as comunidades imaginadas, Hall (2005) divide sua explicação em cinco partes: a primeira é o que o autor chama de narrativa da nação, é formada pelas histórias, mídias e literaturas nacionais e tem como objetivo fazer seus membros ver e sentir-se presentes através da imaginação, nos cenários, eventos, rituais, perdas e triunfos da nação; a segunda parte é a origem, “continuidade, tradição e intemporalidade” é

lembrar da origem da nação, seus grandes feitos e sua grandiosidade e agir na atualidade como se fosse tão grande quanto já foi um dia; a terceira parte é denominada estratégia discursiva e é explicada pelo que Hobsbawm e Ranger chamam de “invenção da tradição” para as pessoas se conectarem ao passado (mesmo que a tradição não seja tão antiga e sim criada recentemente, traz o sentimento de ancestralidade através da imaginação); a quarta parte é chamada mito fundacional, e se baseia em histórias contadas envolvendo mitos e/ou triunfos de um passado distante; na quinta e última parte o autor nos traz a perspectiva que por vezes a identidade é pensada de uma forma mas o resultado é outro.

Se o nacionalismo está intrinsecamente ligado ao conceito de nação, desta forma, Gellner (1993 apud COSTA, 2007 p. 1035) “estabelece que a nação, aquela entidade política definida por uma identidade comum, não surge como por encanto, ela é ‘produzida’ segundo condições históricas específicas”. Para Hobsbawm (1991 apud MATHIAS; AGUILAR, 2012, p. 445), “As nações seriam criações conscientes e deliberadas, projetadas com propósitos ideológicos.” De fato, a nação surge quando dois indivíduos se assemelham culturalmente e se identificam como pertencentes a uma nação e mais ainda quando um identifica o outro como pertencente desta nação (GELLNER, 1993, apud COSTA, 2007).

Hall (2005) utiliza dos três conceitos que formam uma nação de Ernest Renan (1990) para definir o que é comunidade imaginada: "Devemos ter em mente esses três conceitos, ressonantes daquilo que constitui uma cultura nacional como uma 'comunidade imaginada': as memórias do passado; o desejo por viver em conjunto; a perpetuação da herança." (HALL, 2005, p. 58). Unindo estes três conceitos, certamente facilitará o processo de formação da nação. Entretanto, às vezes o método para unificação é agressivo e violento “a maioria das nações consiste em culturas separadas que só foram unificadas por um longo processo de conquista violenta - isto é, pela supressão forçada da diferença cultural.” (HALL, 2005, p. 59). Segundo Renan (1990 apud HALL, 2005, p. 64) “as nações líderes da Europa são nações de sangue essencialmente misto”. Não há na Europa ocidental nenhum país que tenha apenas uma etnia ou cultura, todas as nações são compostas por suas diferenças individuais como gênero, etnias e classes sociais. Portanto a identidade nacional não é imutável, e é capaz de unificar as diferenças numa única identidade.

Karl Deutsch definiu a nação como "a união de um estado e um povo", considerada do ponto de vista étnico. Ernest Gellner se referiu a ele, de forma semelhante, mas mais famosa, como a congruência de uma cultura ou grupo étnico (termos que ele usava alternadamente) e um estado, uma definição que

compartilhamos aqui amplamente¹ (GAT; YAKOBSON, 2014, p. 15, tradução nossa).

Para Gat e Jakobson (2014), a relação entre a origem do Estado-nação e a identidade étnica é recíproca, pois um fortalece o outro. A identidade étnica faz com que um povo se identifique com seus iguais e fortalece a noção de pertencimento a algo, dando espaço para o surgimento do Estado que por sua vez, cria um sentimento de unidade em seu povo, fortalecendo a identidade étnica de sua população. Já para os “modernistas”, segundo Gat e Jakobson (2014), as nações só se tornaram possíveis devido ao surgimento do sistema capitalista, da industrialização, do êxodo rural (urbanização e integração dos povos) e participação na política do Estado. Já para os “primordialistas” a definição do estado é mais antiga e baseia-se na realidade e sentimento, e existe possivelmente desde a antiguidade em todo o mundo. Outra perspectiva de Gat e Jakobson (2014, p. 41, tradução nossa) é que uma nação surge quando o povo é soberano politicamente em determinado território, mesmo sem o status de ser um Estado independente: “um povo pode ser considerado uma nação se possuir elementos de autodeterminação política e autogoverno ou se esforçar ativamente para obtê-los”².

Os teóricos modernos consideram dois elementos ligados ao conceito de nação: cidadania igual e a soberania popular. Gat e Jakobson (2014) nos apontam que essa consideração se equivoca, pois, estes elementos são na verdade parte do nacionalismo moderno. Quando tratamos de nação, estamos falando de uma comunidade política, de identidade e solidariedade comum que normalmente compartilha uma cultura e/ou parentesco em comum em um determinado estado. Esta consideração dos teóricos modernos deve se aplicar apenas a partir dos Estados-nação surgidos na Europa do século XIX.

Para a análise do caso iugoslavo, deve-se adotar o critério *jus sanguinis* (direito de sangue), ou em outras palavras, compreender a Nação como: o conjunto de um povo que possui traços sanguíneos, culturais e linguísticos em comum, ou seja, se identificam como pertencentes da mesma nacionalidade independentemente do local de nascimento, como os sérvios nascidos na Croácia que ainda assim são sérvios, ou os croatas que continuam sendo croatas mesmo que tenham nascidos na Bósnia, por exemplo. Entretanto, como veremos no próximo capítulo, não se deve confundir a definição de nação com sua relação entre o Estado. A Iugoslávia, com

¹ Do original: “Karl Deutsch definió la nación como «la unión de un estado y un pueblo», considerada desde lo étnico. Ernest Gellner se refirió a ella, de manera similar, aunque más célebre, como la congruencia de una cultura o etnia (términos que usaba con alternancia) y un estado, definición que compartimos aquí en líneas generales”

² Do original: “un pueblo puede considerarse nación si posee elementos de autodeterminación política y autogobierno o se afana de forma activa por obtenerlos”.

exceção do período regido por um tirano entre 1945 até 1980, não foi de fato um Estado-Nação, pois, o choque de interesses entre o Estado e sua nação estava muito presente. Logo, em seu surgimento, a Iugoslávia tentou forjar uma nação que não existia (de apenas sérvios), executando políticas que desconsideravam os não-sérvios.

2 FORMAÇÃO DA IUGOSLÁVIA

Neste capítulo abordaremos o contexto histórico do surgimento da Iugoslávia como Estado, das dificuldades e diferenças étnicas, culturais e nacionais enfrentadas, à tentativa de unificação no Pré-Primeira Guerra Mundial, sua formação turbulenta no entre guerras, seu êxito ao final da Segunda Guerra Mundial e durante a Guerra Fria sob a liderança de Josip Broz Tito e sua dissolução no início da década de 1990.

2.1 A CRIAÇÃO DA IUGOSLÁVIA E O CONTEXTO DO PÓS-PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Após 1890 as relações internacionais se dividiram em dois blocos de poder: um formado em 1894 pela aliança entre Rússia e França (encerrando o período de isolamento diplomático da França). O outro bloco era formado pela aliança da Alemanha, Império Austro-húngaro e Itália. Em 1894 a aliança franco-russa em contrapeso da Alemanha garantiu um certo equilíbrio na balança de poder, porém, com a derrota da Rússia na guerra contra o Japão (1904-1905), a Alemanha assumiu como maior potência. Com a aproximação da Grã-Bretanha à aliança franco-russa a partir de 1904, o equilíbrio da balança de poder foi restabelecido. Anos depois, o Império Austro-húngaro anexou a Bósnia-Herzegovina. (SARAIVA, 2007).

Segundo Saraiva (2007), as diferenças e rivalidades entre a Grã-Bretanha e a aliança franco-russa foram superadas pelo temor à política externa agressiva e ameaçadora da Alemanha. Para os alemães, esta nova aliança foi vista como um grande cerco ao país, fazendo com que a Alemanha se sentisse pressionada, aderindo a um posicionamento defensivo e aumentando as tensões entre as alianças da Grã-Bretanha, França e Rússia de um lado e Alemanha, Império Austro-húngaro e Itália do outro lado. Como resultado a essas diferenças, ocorreram “duas crises marroquinas, [...] a crise da Bósnia, as duas guerras dos Bálcãs e a crise de julho de 1914” (SARAIVA, 2007, p. 113).

Um dos elementos principais que explicam a Primeira Guerra Mundial foi o nacionalismo sérvio. “Em 1844, o Ministro do Interior do príncipe Milos Obrenović, elaborou um plano chamado Nacertanije na língua servo-croata, baseado no império medieval sérvio, que pregava a constituição da Grande Sérvia”. (MATHIAS; AGUILAR, 2012, p. 442). A proposta da “Grande Sérvia” defendia a anexação de todos aqueles países que possuíam traços culturais em comum com os sérvios, como a Bósnia-Herzegovina, Croácia, Montenegro, Albânia e Dalmácia e assim formariam uma grande nação Sérvia, entretanto para que isto

ocorresse seria necessário a conquista dos territórios pertencentes ao Império Otomano e Império Austro-húngaro (MATHIAS; AGUILAR, 2012), como podemos observar pela Figura 1. Com isso, após as guerras dos Balcãs, em especial a primeira quando houve o conflito contra o Império Otomano, a Alemanha amadureceu a sensação de que uma grande guerra estava prestes a eclodir. Em contrapeso, os Britânicos endureceram sua posição política, e Viena, capital do então Império Austro-Húngaro sentia-se cada vez mais pressionada para iniciar uma guerra preventiva contra a Sérvia e conter o nacionalismo eslavo. (BERGHAWN, 2014)

Figura 1 – Mapa da Europa Pré-Primeira Guerra Mundial



Fonte: Best, Hanhimaki, Maiolo e Schulze (2015, p. 8)

Neste período, surgiu na Bósnia um grupo radical de jovens sérvios (denominados como “Mão Negra”) que não aceitavam os avanços das autoridades estrangeiras e constantemente criavam conspirações contra autoridades importantes que sempre resultavam em fracasso, até a visita do arquiduque do Império Austro-Húngaro à Bósnia em 28 de junho de 1914, quando ele foi assassinado por Gavrilo Princip, um jovem bósnio-sérvio de 19 anos. Como descreve Jean-Jacques Becker and Gerd Krumeich (2014, p. 38, tradução nossa):

Surpreendentemente, essa conspiração se concretizou por meio de uma série de acidentes, excedendo até mesmo as intenções de seus conspiradores: o carro que levava Franz-Ferdinand parou na frente de Princip, que usou seu

revólver para matar o arquiduque e sua esposa, a duquesa de Hohenberg, um segundo assassinato que não fazia parte dos planos dos conspiradores.³

Para Best, Hanhimaki, Maiolo e Schulze (2015), essa era a oportunidade que as autoridades austro-húngaras estavam esperando para lançar uma guerra contra a Sérvia. O atentado havia sido planejado pela inteligência sérvia sem o consentimento do primeiro-ministro, entretanto isto não justificou a sua ausência de culpa. Conforme Becker e Krumeich (2014), mesmo o primeiro-ministro expressando suas condolências, outros membros do governo comemoravam e isso foi exposto pela imprensa. Princip e seus companheiros foram aclamados e se tornaram heróis, e até mesmo mártires na causa "iugoslava".

Em 23 de julho de 1914, Viena lançou um ultimato e a Sérvia acatou as duas primeiras, de três exigências (a proposta de Viena tinha validade de 48 horas e tinha como objetivo: 1 - transformar a Sérvia em algo como se fosse um protetorado austro-húngaro; 2 - proibir a propaganda anti-austríaca e dissolução das associações nacionalistas; 3 - as autoridades austro-húngaras tomariam parte na repressão do movimento "subversivo"), entretanto não fez diferença para o Império Austro-húngaro que entendeu a recusa da última exigência uma ameaça e declarou guerra em 28 de julho, abrindo fogo contra Belgrado. Essa ação foi contra os conselhos da Alemanha, que considerou as aceitações da Sérvia como suficientes. De fato, a ausência de estadistas capazes de executar um plano diplomático foi a verdadeira causa para a explosão da guerra. (AUDOIN-ROUZEAU, 2014) Para Best, Hanhimaki, Maiolo e Schulze (2015, p. 27, tradução nossa), apesar de ter sido uma atitude precoce e equivocada, pois guerrear com a Sérvia significava guerrear com a Rússia, "Viena não teria sido tão imprudente se Berlim não tivesse emitido o chamado 'cheque em branco' em apoio à guerra da Áustria nos Balcãs"⁴.

Na Rússia, as consequências negativas da derrota para o Japão em 1905 estavam desaparecendo e ela precisava novamente mostrar seu poder como protetora dos eslavos. "A Rússia não podia deixar a Sérvia ser esmagada sem reagir: o que seria sentido como uma nova humilhação nacional seria inaceitável para os líderes do exército e a opinião pública"⁵ (BECKER; KRUMEICH, 2014, p. 42, tradução nossa). No dia 30 de julho, a Rússia mobilizou seu exército; no dia seguinte, a Áustria, que até então esperava um conflito regional, também

³ Do original: "Surprisingly, this conspiracy came to fruition through a series of accidents, even exceeding the intentions of its plotters: the car bearing Franz-Ferdinand stopped in front of Princip, who used his revolver to kill both the Archduke and his wife, the Duchess of Hohenberg, a second murder which had not been part of the conspirators' plan".

⁴ Do original: "Vienna would not have been so reckless had Berlin not issued the so-called 'blank cheque' in support of Austria's Balkan war."

⁵ Do original: "Russia could not let Serbia be overwhelmed without reacting what would have been felt as a new national humiliation would be unacceptable to the army leaders and public opinion alike".

mobilizou todo seu exército. A França não se inseriu imediatamente no conflito, pois basicamente ela aguardou a movimentação da Alemanha para dar início ao seu ingresso. Enquanto a Grã-Bretanha, essa não possuía muito interesse nas questões relacionadas à Sérvia, entretanto uma vitória alemã significaria uma ameaça à balança de poder europeia, levando-a a declarar guerra à Alemanha em 4 de agosto. Em 6 de outubro exércitos alemão e austro-húngaro atacaram Sava e o Danúbio. Belgrado caiu em 9 de outubro; em 14 de outubro a Bulgária investiu contra o exército sérvio pelo sul. Em 1915, a Sérvia estava sob domínio alemão, austro-húngaro e búlgaro. (AUDOIN-ROUZEAU, 2014)

Em 1918, segundo Christoph Mick (2014), os aliados da Tríplice Entente fizeram uma proposta para tchecos e eslovacos de independência, isso os fez mudar de lado e lutar contra as Potências Centrais. Nos Balcãs havia idealizadores da Iugoslávia, entretanto temiam a ambição italiana, que pretendia anexar parte do nordeste da costa do Adriático, no fim, soldados eslovenos e croatas contiveram o exército italiano por motivos nacionais e finalmente proclamaram o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos.

Em 3 de junho, a Grã-Bretanha, a França e a Itália expressaram seu total apoio à criação de um Estado polonês, tcheco e iugoslavo. [...] súditos tchecos, eslovacos, sérvios, croatas e eslovenos do Império Habsburgo declararam sua independência em 29 de outubro. O exército sérvio ajudou outros eslavos do sul a proteger as fronteiras da futura Iugoslávia.⁶ (MICK, 2014, p. 91, tradução nossa)

Com a intenção de reduzir atritos e conflitos, em 1919/20, ao final da Guerra, os tratados de paz tentaram redistribuir a população de forma a se tornar mais homogênea etnicamente. Porém, a grande variedade linguística, étnica e cultural apresentou grande dificuldade especialmente na Europa Central e nos Balcãs. Para os registros, a guerra terminou em 1918, mas seus efeitos perduraram por muito tempo em alguns lugares; por exemplo, na Itália ela foi até 1920 quando todo exército foi “recolhido”; na Europa Central, o Império Habsburgo foi destruído, em 1929 a Tchecoslováquia, a Galícia e a Bucovina se separaram e no mesmo ano, nos Balcãs, os sérvios, croatas e eslovenos se tornaram o Reino da Iugoslávia. (LABANCA, 2014)

Após o fim da Guerra, alguns países saíram insatisfeitos com as decisões do Tratado de Versalhes, como a Itália que reivindicava um território no Adriático, o qual foi dado à Iugoslávia. E o sentimento alemão de ser “humilhado” com as sanções pós-guerra

⁶ Do original: “On 3 June Britain, France and Italy had expressed their full support for Polish, Czech and Yugoslav statehood. [...] Czech, Slovak, Serbian, Croatian and Slovenian subjects of the Habsburg Empire declared their independence on 29 October. The Serbian army helped other South Slavs to secure the borders of future Yugoslavia”

movimentariam as duas décadas seguintes: “Uma guerra mundial havia acabado, mas as bases para outra guerra havia sido estabelecidas.”⁷ (LABANCA, 2014, p. 167).

Apesar do Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos formado pela Sérvia (que havia anexado Macedônia e Montenegro), Croácia, Bósnia e Eslovênia (conforme a Figura 2) ter sido proclamado em 1918, seu reconhecimento se deu após um ano, na Conferência de Paris. Nos anos seguintes, o cenário internacional enfrentava muitas crises ainda consequentes da Guerra, nos Balcãs as diferenças étnicas divergiam a liderança do recém-criado Reino, enquanto os sérvios buscavam o unitarismo, os croatas buscavam uma federação. (SEVERO, 2011).

Figura 2 – Mapa da Europa pós-Primeira Guerra Mundial



Fonte: Fink (2014, p. 9).

⁷ Do original: “A world war was over, but the groundwork for another war had been laid.”

Segundo Severo (2011), o Reino recém-criado não possuía um mercado interno significativo e o mercado externo dependia das grandes potências. “A economia iugoslava, como um todo, sofria de fraqueza estrutural. Um mercado interno praticamente inexistente e um mercado externo cada vez mais dependente dos grandes poderes mundiais” (SEVERO, 2011, p. 61). Na esfera política, a principal discussão era entre se tornar federal ou unitário, foram criados diversos partidos políticos representando essas duas esferas e outros grupos menores. Em 1921 foi proclamada uma constituição para o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos e a forma de Estado seria o unitarismo, com permissão de administração descentralizada, entretanto na realidade as decisões eram centralizadas em torno do reino sérvio, gerando grande insatisfação entre os outros povos, em especial a elite croata. Este sistema político conturbado ruiu em 1929 quando se tornou o Reino da Iugoslávia por meio do rei sérvio Alexandre, o qual:

introduziu uma ditadura na tentativa de que, com isso, o conflito nacional pudesse ser superado. Ao suspender a Constituição e abolir o parlamento, o rei instaurou um regime de supressão de direitos das minorias étnicas e nacionalistas, com vistas à implementação forçada de um iugoslavismo. (SEVERO, 2011, p. 64)

Novos grupos separatistas ressurgiram devido à falta de interesse do Estado em promover políticas públicas que abrangiam todas as nacionalidades étnicas presentes do território iugoslavo. Conforme Severo (2011), como consequência o rei teve que restaurar a Constituição em 1931, porém todos os partidos políticos existentes eram subordinados ao rei, que foi assassinado em 1934 por questões políticas e novas eleições foram abertas no ano seguinte, onde novamente foi eleito um sérvio, Milan Stojadinovic, como primeiro-ministro e Príncipe Paulo como regente. Stojadinovic no restante da década se aproximou da Alemanha em busca de desenvolvimento econômico, Paulo se demitiu em 1939. Os croatas aproveitaram do cenário político para inserir mais equidade na participação política iugoslava, entretanto a Segunda Guerra Mundial já havia começado e “Em 1941, para apoiar seu aliado italiano, Hitler enviou forças para a Líbia para empurrar os britânicos de volta ao Egito e desviou as divisões que se reuniam para Barbarossa rolar para a Iugoslávia e a Grécia”⁸ (BEST, HANHIMAKI, MAIOLO e SCHULZE, 2015, p. 213). A Alemanha ainda reconhecendo Príncipe Paulo como regente, o obrigou a assinar em 25 de março o Pacto do Eixo (em contrapartida da não ocupação

⁸ Do original: “In 1941, to prop up his Italian ally, Hitler sent forces to Libya to push the British back into Egypt and diverted divisions gathering for Barbarossa to roll into Yugoslavia and Greece.”

do país), porém, dois dias após, o governo sofreu um golpe de Estado pela força aérea iugoslava, como resposta, o país foi invadido:

(...) os alemães bombardearam Belgrado e invadiram o país (Operação Marita), apoiados por tropas húngaras e italianas. A nação foi logo dominada e desmembrada: a Alemanha anexou o norte da Eslovênia; a Itália incorporou parte da Dalmácia, o sul da Eslovênia, as regiões povoadas por albaneses e estabeleceu um protetorado sobre Montenegro; a Bulgária anexou a Macedônia, enquanto a Hungria ocupou Vojvodina e Batchka; a Croácia tornou-se um Estado fascista católico independente, governado por Ante Pavelic, líder do movimento fascista Ustacha, e aderiu ao Eixo. O que restou da Sérvia foi ocupado pela *Wehrmacht*, com a colaboração do fascista sérvio Nedic, enquanto o rei fugia e fundava um governo no exílio. (VIZENTINI, 2003, p. 105 apud SEVERO, 2011, p. 66)

O partido fascista Ustasha, da Croácia, buscava a formação de um Estado croata “puro” sem a miscigenação com outras raças, para isso o governo croata executou vários massacres contra sérvios, judeus e ciganos, podendo totalizar até mais de 1 milhão de mortos. Devido ao cenário internacional, movimentos de resistência ao nazismo e fascismo surgiram em toda Europa, inclusive na Iugoslávia, onde surgiu o movimento "Chetnik", grupo de resistência que lutava pelo rei exilado. Entretanto, este grupo na verdade era suporte para a Alemanha e Itália. A única e legítima resistência de fato foi do partido comunista sérvio “Partisans” coordenado a partir da liderança do General Josip Broz Tito que guiou o país para a vitória. Os Chetniks tentaram ainda retornar ao poder, mas sem sucesso, pois o povo apoiava Tito e em setembro de 1944 Tito se uniu a Stálin para a libertação definitiva da Iugoslávia. Com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, ocorreu a bipolarização do sistema internacional, dividindo o mundo entre o bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos e o bloco comunista liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. (SEVERO, 2011)

2.2 A GUERRA FRIA E A POLÍTICA EXTERNA DA IUGOSLÁVIA DE TITO

Após a Segunda Guerra Mundial, iniciou-se um processo de reconstrução europeia, e com isso, surgiram conflitos de interesses e aumento da rivalidade entre os vencedores. Com a morte do presidente estadunidense Roosevelt em abril de 1945, seu vice, Harry Truman, assumiu a presidência, enquanto na Inglaterra em 25 de julho, Churchill foi derrotado eleitoralmente e substituído por Clement Atlee. Essas mudanças resultaram no aumento da tensão com Stálin. Os acontecimentos seguintes foram determinantes para a ruptura da “grande aliança”: pressionados para pôr um fim definitivo à Segunda Guerra, Truman, dotado do mais recente poder bélico (nuclear) optou por lançar duas bombas nucleares no último sobrevivente

do “Eixo”, Japão, resultando na total rendição japonesa. Para alguns pesquisadores, Truman tinha intenções para além do Japão, pois bastaria uma demonstração de poder para que o Japão aceitasse a rendição, sem que houvesse necessidade das perdas de Hiroshima e Nagasaki, o real intuito destes ataques foi para demonstrar poder bélico e tentar oprimir e frear o avanço Soviético na Europa-oriental. (FINK, 2014)

Figura 3 – Mapa da Europa pós-Segunda Guerra Mundial



Fonte: Fink (2014, p. 69)

Fink (2014) pondera que após a Segunda Guerra os vencedores ainda tinham muitos interesses na Europa, o que a tornou centro dos conflitos de interesses e palco da Guerra Fria, mesmo que mais tarde todas as regiões do planeta estariam englobadas pela disputa estadunidense-soviética. Segundo Fink (2014, p. 63, tradução nossa):

A historiografia soviética afirmou que a proclamação da doutrina Truman e do Plano Marshall lançou as bases para a ruptura decisiva de Stálin com o Ocidente em 1947. Diante da ameaça de um bloco antissoviético, Stalin abandonou seus esforços de cooperação e se moveu para consolidar a oposição comunista na Europa do Leste. A nova postura soviética foi anunciada com a criação do Escritório de Informação Comunista (*Cominform*) em setembro de 1947.⁹

O Cominform, fundado em setembro de 1947, funcionava como uma organização guarda-chuva dos partidos comunistas europeus.

De fato, o conflito ideológico “capitalismo versus comunismo” havia adormecido durante a Segunda Guerra e estava acordando no pós Guerra, enraizado em instituições econômicas, militares, políticas, religiosas e culturais. Em 1948 o comunismo já estava presente nos Balcãs e em 1949 ocorre a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), o que demonstrou o abandono definitivo da Grande Aliança por parte do Ocidente, no mesmo ano inicia-se um período denominado “corrida armamentista nuclear”, quando ambos os países (EUA e URSS) passaram a produzir armamentos de nível nuclear capazes de exterminar o planeta. (FINK, 2014)

Best, Hanhimaki, Maiolo e Schulze (2015, p. 234) enfatizam as necessidades para a imposição dos soviéticos no Leste Europeu, e seus interesses geograficamente:

Muito dependia das condições específicas nos vários países do Leste Europeu, como a força do Partido Comunista local, a posição do Exército Vermelho, a profundidade do sentimento antirrusso e a presença (ou falta) de um ACC. Além disso, a localização geográfica fez a diferença, pois enquanto a Polônia, dada a sua localização entre a Alemanha e a URSS, foi fundamental para a busca soviética por segurança e teve poucas chances de escapar da hegemonia russa nos anos do pós-guerra, a Finlândia, que compartilhou uma longa fronteira com a URSS, mas sem significado estratégico, conseguiu evitar o destino das outras nações do Leste Europeu.¹⁰

⁹ Do original: “Soviet historiography has asserted that the proclamation of the Truman doctrine and the Marshall Plan laid the foundation for Stalin’s decisive break with the West in 1947. Faced with the threat of an anti-Soviet bloc, Stalin abandoned his efforts at cooperation and moved to consolidate the communist position in Eastern Europe. The new Soviet stance was announced by the creation of the Communist Information Bureau (Cominform) in September 1947.”

¹⁰ Do original: “Much depended on the specific conditions in the various East European countries, such as the strength of the local Communist Party, the position of the Red Army, the depth of anti- Russian sentiment and the presence (or lack) of an ACC. In addition, geographical location made a difference, for while Poland, given its location in between Germany and the USSR, was central to the Soviet quest for security and had little chance of

Devido às dificuldades e adversidades enfrentadas de uma possível expansão para o Leste Europeu, a União Soviética buscou se fortalecer em harmonia à Europa Oriental. Segundo Best, Hanhimaki, Maiolo e Schulze (2015), a expansão soviética na Europa Oriental pode ser interpretada como um plano de dominação global em etapas ou uma forma de impor a paz por meio da garantia da segurança. Já suas primeiras aquisições do Leste Europeu vieram dos Balcãs: da Albânia e da Iugoslávia respectivamente, ainda durante a Segunda Guerra. Na Albânia, Enver Hoxha depôs o rei em maio de 1944 e firmou seu governo.

Na Iugoslávia, Josip Tito foi considerado herói na luta contra a invasão do Eixo na Iugoslávia, e se tornou líder do país em novembro de 1945 através de eleições, fundando a República Popular Federativa da Iugoslávia em 31 de janeiro de 1946, composta pelas seis repúblicas multiétnicas: Bósnia-Herzegovina, Sérvia, Croácia, Macedônia, Eslovênia e Montenegro e promulgando a primeira Constituição de 1946. Tito pretendia expandir os limites territoriais da Iugoslávia e pressionava a Albânia para se alinhar com Belgrado, afirmando um comunismo nacional, indo contra as propostas de Stalin, que buscava uma integração entre todos os Estados comunistas com a União Soviética (BEST; HANHIMAKI; MAIOLO; SCHULZE, 2015).

Em 1948, quando Tito se recusou a alinhar-se à União Soviética (ver as linhas delimitadoras na Figura 3), Stálin decidiu como punição expulsar a Iugoslávia do Cominform (BEST; HANHIMAKI; MAIOLO; SCHULZE, 2015). Especula-se os motivos de Stálin ter realizado tal feito: foi por medo da concorrência à liderança comunista ou por uma ameaça ao sistema soviético? De qualquer forma, o rompimento da União Soviética com a Iugoslávia deu autonomia de um poder independente para Tito, causando uma “rachadura” na cortina de ferro. A partir deste momento a União Soviética lutou para impedir qualquer e todo Estado de buscar a independência. (BEST; HANHIMAKI; MAIOLO; SCHULZE, 2015)

Além disso, “após uma resposta cautelosa à ruptura Stalin-Tito, os Estados Unidos entraram em conflito, oferecendo ajuda à Iugoslávia em 1949 como um meio de encorajar outros líderes dissidentes comunistas”¹¹. (FINK, 2014, p. 70). Para Best, Hanhimaki, Maiolo e Schulze (2015, p. 335, tradução nossa), “essas esperanças acabaram se revelando ilusórias, pois Tito não desejava sair de um campo para entrar em outro”¹².

escaping Russian hegemony in the post-war years, Finland, which shared a long border with the USSR but lacked strategic significance, managed to avoid the fate of the other Eastern European nations.”

¹¹ Do original: “After a cautious response to the Stalin-Tito rupture, the United States moved into the breach, offering aid to Yugoslavia in 1949 as a means of encouraging other communist dissident leaders.”

¹² Do original: “Such hopes proved, in the end, illusory, for Tito had no desire to leave one camp to enter another.”

Na década de 1950, Tito assumiu uma postura neutra. É preciso ressaltar que naquele momento, a neutralidade adotada por Tito não era como a praticada pela Suíça ou Suécia. A neutralidade iugoslava era a dissociação total da estrutura que dividia o Sistema Internacional em dois blocos (ZIVOCTIC; CAVOSKI, 2016). Em 1956, segundo Best, Hanhimaki, Maiolo e Schulze (2015), Tito abraçou o desalinhamento e buscou criar vínculos com o Terceiro Mundo, tornando-se importante no Movimento Não-Alinhado na década de 1960.

No final de 1954 e início de 1955, em sua primeira ida à Índia, Tito e Nehru expressaram suas vontades de coexistência pacífica e definiram a diferença entre neutralidade e não-alinhamento, sendo o segundo uma forma positiva de lidar com a divisão bipolar do Sistema Internacional. Na volta para casa, Tito passou por Suez e se encontrou com Nasser, presidente do Egito, e se aproximaram bastante, estabelecendo várias formas de cooperação. Em Belgrado, diplomatas estrangeiros temiam que a união Tito-Nehru-Nasser criassem um terceiro bloco (neutro) e agissem entre o ocidente e o oriente.

Em abril de 1955, ocorreu a conferência de países africanos e asiáticos em Bandung, e pela primeira vez os países do Terceiro Mundo se reuniram e endossaram a ideia de não-alinhamento. Neste mesmo ano Tito se reuniu com líderes da Birmânia, Índia, Egito e Etiópia. Em sua visita ao Egito, Tito e Nasser discutiram sobre a necessidade de existir um movimento de países não filiados a nenhum bloco do atual cenário bipolar, e no fortalecimento da cooperação (ZIVOCTIC; CAVOSKI, 2016).

Uma conferência entre Tito, Nasser e Nehru ocorreu nas ilhas Brioni de 18 a 19 de julho de 1956. Os três líderes reafirmaram a necessidade da coexistência pacífica, incentivando o desarmamento e utilizando energia nuclear de forma passiva, além de irem contra o colonialismo, visto que os três países possuem histórico ruim quanto à colonização estrangeira, os líderes buscaram ajuda da ONU para desenvolvimento de países do terceiro mundo, e pediram a eliminação de todos os obstáculos ao livre comércio internacional. Para Tito, esse encontro posicionou a Iugoslávia como líder do movimento não-alinhado, tendo Nehru e Nasser grandes papéis a desempenhar juntamente com ele (ZIVOCTIC; CAVOSKI, 2016).

O primeiro desafio concreto de Tito veio quando ocorreu a crise de Suez, pois ele acreditava que as ações anglo-francesas tinham viés colonialista e tratou a luta egípcia pelo Canal de Suez como uma batalha final da descolonização. Em novembro, Tito convocou a ONU e ganhou apoio da Índia e Indonésia para dar suporte ao Egito. “Tentando lidar com a crise de Suez, a Iugoslávia agiu preventivamente para promover a estabilidade internacional e proteger

sua própria segurança nacional.¹³” (ZIVOCTIC; CAVOSKI, 2016, p. 89). Os Estados Unidos viram as ações da Iugoslávia como uma barreira positiva que impediria a União Soviética ou a China de adentrarem o terceiro mundo. De fato, essa previsão norte-americana estava correta, conforme Zivotic e Cavoski (2016, p. 90, tradução nossa):

O relacionamento pessoal próximo de Tito com Nehru e Nasser foi considerado prejudicial aos interesses soviéticos e chineses nos estados afro-asiáticos. Tanto Moscou quanto Pequim viram as tentativas de Tito de convocar uma conferência de países não pertencentes ao bloco, bem como seus laços estreitos com Nehru, Nasser, U Nu e Sukarno, como uma forma de "minar a nova conferência de Bandung da China, lutando simultaneamente contra os soviéticos e influência chinesa entre esses países" e tentativa de romper as relações entre países afro-asiáticos e socialistas¹⁴

Tito buscava a aproximação entre o Terceiro Mundo, enquanto isso, em 1959 os conflitos de interesses entre a União Soviética e China com a Índia, levou a um conflito armado aberto. Na Indonésia, Sukarno expulsou os chineses do país, tanto diplomatas quanto civis. O apoio da Índia à Iugoslávia fez com que Moscou pressionasse a Índia para recuar. No Egito, o bloco soviético não aceitou a política de nacionalismo árabe e determinou intolerável a perseguição a grupos comunistas egípcios e sírios.

Em 1958 e 1959, Tito viajou à Ásia e África; ele defendia os “Cinco Princípios de Coexistência Pacífica”, e as declarações finais da Conferência de Bandung e da Cúpula de Brioni. Entretanto, suas propostas eram quase sempre recusadas por Nehru, que almejava o status de pertencente ao primeiro mundo e, portanto, não poderia se alinhar aos países do terceiro mundo. Em contrapartida, Nasser estava mais do que nunca alinhado com as ideias de Tito, e ambos seriam a base do movimento dos não-alinhados e a participação massiva de países africanos e asiáticos parecia provável. Em 1961, Tito fez visitas oficiais a Gana, Togo, Libéria, Guiné, Mali, Marrocos, Tunísia e República Árabe Unida¹⁵ (RAU), sua intenção era conseguir mais aliados e realizar uma cúpula dos líderes não-alinhados. A conferência de Belgrado ocorreu entre 1 a 6 de setembro e contou com a presença de 25 países no total. Nehru manteve sua posição de não apoiar o movimento dos não-alinhados, entretanto devido a muitos líderes aceitarem o convite de Tito, Nehru se dispôs a participar. (ZIVOCTIC; CAVOSKI, 2016)

¹³ Do original: “In trying to deal with the Suez Crisis, Yugoslavia acted preemptively to promote international stability and protect its own national security”.

¹⁴ Do original: Tito’s close personal relationship with Nehru and Nasser was considered detrimental to Soviet and Chinese interests in the Afro-Asian states. Both Moscow and Beijing viewed Tito’s attempts to convene a conference of non-bloc countries, as well as his close ties with Nehru, Nasser, U Nu, and Sukarno, as a way of “undermining China’s new Bandung conference, simultaneously fighting the Soviet and Chinese influence among these countries,” and “attempting to sever relations between Afro-Asian and socialist countries.”

¹⁵ União do Egito com a Síria que havia sido firmada em 1958.

A reunião estabeleceu cinco princípios básicos de não alinhamento: uma política externa independente baseada em princípios de coexistência pacífica; apoio aos movimentos de libertação nacional; uma recusa em permitir bases militares estrangeiras no território do país; abstenção de alianças militares ou pactos concluídos com os blocos; e participação em alianças militares regionais apenas quando tais alianças foram concluídas fora do contexto das rivalidades das grandes potências.¹⁶ (ZIVOCTIC; CAVOSKI, 2016, p. 96, tradução nossa).

Ao final da conferência, nenhum resultado concreto foi definido, a falta de prontidão dos membros, somado ao medo deste movimento se tornar um terceiro bloco e gerar complicações com as super potências acabou por adiar a criação do movimento não-alinhado (ZIVOCTIC; CAVOSKI, 2016)

Para Best, Hanhimaki, Maiolo e Schulze (2015), o movimento não-alinhado foi ameaçado após a reunião em Belgrado, a ausência de interesse da Índia, somado aos conflitos que ela vinha enfrentando pôs em julgamento seu papel de "líder" dos não alinhados, principalmente após Nehru aceitar ajuda militar dos Estados Unidos e Reino Unido na guerra sino-indiana em 1962.

A criação do movimento dos não-alinhados “assumiu finalmente a sua forma definitiva após a Conferência do Cairo de 1964 e a Cimeira de Lusaka de 1970.”¹⁷ (ZIVOCTIC; CAVOSKI, 2016, p. 97, tradução nossa).

Ainda assim, o movimento dos não-alinhados que chegou a ter pouco menos de 100 Estados não durou muito, pois a década de 1970 foi marcada por conflitos e ações singulares dentro do movimento: a Índia liderada por Indira Gandhi entrou em guerra com o Paquistão em 1971, e em 1974 explodiu seu primeiro dispositivo nuclear, adotando uma postura moderada, sem a liderança que Nehru fornecia; o Egito, por sua vez, perdeu seu poder de barganha após assinar um tratado de paz com Israel em 1979; já a Argélia se tornou mais moderada com a morte de seu líder Boumédiène em 1978; e a Iugoslávia enfrentou sua própria crise interna após a morte de Tito em 1980. (BEST, HANHIMAKI, MAIOLO; SCHULZE, 2015)

Tito que foi um excepcional diplomata durante a Guerra Fria, e como Estado-Nação, também foi um bom governante, pois assegurou políticas públicas para todos os povos do Estado plurinacional que era a Iugoslávia, e quando necessário, utilizava a força para acabar

¹⁶ Do original: “Furthermore, the meeting established five basic principles of non-alignment: an independent foreign policy based on principles of peaceful coexistence; support for national liberation movements; a refusal to allow foreign military bases on the country’s territory; abstention from military alliances or pacts concluded with the blocs; and participation in regional military alliances only when such alliances were concluded outside the context of the great-power rivalries.”

¹⁷ Do original: “taking on its definitive form after the Cairo Conference of 1964 and the Lusaka Summit of 1970.”

com grupos insurgentes separatistas. Foi assim que Tito manteve o controle na região por 35 anos.

2.3 A POLÍTICA INTERNA IUGOSLAVA E O CONTEXTO PÓS-MORTE DE TITO

Mesmo que o presidente dos EUA, Eisenhower, e seu secretário de Estado, John Foster Dulles, detestassem a neutralidade como princípio da Guerra Fria, a proximidade e o pragmatismo para líder com líderes do Terceiro Mundo que não eram amigáveis à URSS, às vezes, prevalecia. Na segunda metade da década de 1950 havia um grande déficit no comércio exterior da Iugoslávia, o qual só foi contornado com ajuda econômica dos Estados Unidos (SEVERO, 2011).

Em 1948, após a expulsão da Iugoslávia do Cominform, sua economia apresentou um grande déficit comercial de produtos de primeiras necessidades e produtos manufaturados, ao mesmo tempo cresciam os gastos com armamentos, como solução, Tito impôs a autogestão iugoslava (empresas administradas e geridas por seus funcionários), e realizou algumas reformas econômicas e sociais, “o planejamento auto gestor funcionava bem como um todo, o que pode ser comprovado pelo crescimento médio anual da indústria do país, que foi de 13% entre 1952 e 1959”. (HUDSON, 2003 apud SEVERO, 2011, p. 73).

Em 1963 foi promulgada uma nova constituição, que alterou o nome do país para República Socialista Federativa da Iugoslávia, e dava continuidade ao modelo de autogestão, descentralizando o poder federal e o concedendo às repúblicas, municípios e órgãos auto gestores. Esta Constituição também garantia a rotatividade no Executivo do país entre as várias etnias que formavam a Iugoslávia, também criou Câmaras na Assembleia Federal, e uma Corte Constitucional, e garantiu aos trabalhadores o direito de usar os lucros da produção como fosse determinado nos Conselhos de Autogestão. (SEVERO, 2011) Na mesma década, duas emendas constitucionais garantiram “a preservação de fatores étnicos e culturais das nacionalidades e etnias componentes do Estados, bem como deram status de províncias autônomas para Kosovo e Vojvodina” (HOSLER, 2008 apud SEVERO, 2011, p. 74).

A elite iugoslava das regiões mais produtivas ficou descontente com esse cenário, alegando estar sustentando os menos desenvolvidos do país, como consequência, Tito culpou as influências estrangeiras como responsável por esse descontentamento, citando os interesses estrangeiros em enfraquecer o sistema socialista de autogestão, e em 1974 promulgou uma outra constituição, mais descentralizada, que tinha como objetivo favorecer as unidades regionais e institucionalizar a igualdade. Mesmo que essa nova Constituição tenha silenciado os

separatistas croatas, e incentivasse a colaboração coletiva, a intenção de descentralizar ainda mais um estado já concretizado pelo federalismo gerou dificuldade em tomar decisões de nível federal. (SEVERO, 2011)

Paralelamente o Ocidente pressionava para a abertura do mercado iugoslavo: “O país não podia, ademais, dar-se ao luxo de ignorar os apelos ocidentais, visto que dependia sobretudo desses investimentos e dos acordos com o FMI para assegurar a economia iugoslava” (SEVERO, 2011, p. 75). Tito manteve o sistema socialista na Iugoslávia independente de Moscou, mas teve que aceitar ajuda financeira dos Estados Unidos e do Reino Unido para sobreviver.

Segundo Hobsbawm (1990, p. 205 apud SEVERO, 2011, p.77), “a grande conquista dos regimes comunistas em países multinacionais foi a de limitar, no seu interior, os efeitos desastrosos do nacionalismo”. Afinal, é preciso perguntar-se “como manter indefinidamente, sob a mesma tutela, sob a mesma autoridade, membros espalhados, resultados de conquistas difíceis e complicadas?” (DUROSELLE, 2000, p. 426). De fato, o governo de Tito apenas atrasou a implosão da Iugoslávia. Sérvios e montenegrinos eram católicos-ortodoxos que se alinhavam aos franceses e russos, os croatas e eslovenos eram católicos alinhados à Alemanha e à Itália, a Bósnia era em sua maioria composta por muçulmanos, aproximando-se de países árabes, mas também possuía parcelas da população croatas e sérvios, e a Macedônia, formada por albaneses, turcos, romenos e outros. (SEVERO, 2011, p. 77).

Com a morte de Tito, em 04 de maio de 1980, e sem um sucessor previsto, os países da Iugoslávia buscaram manter o revezamento do poder (proposto por Tito antes de sua morte), entretanto, o tempo de governo (de apenas um ano) era muito curto e não permitia consolidar políticas objetivas e efetivas para cada país. A falta de representatividade somada a diferenças étnicas acabou por aumentar ainda mais as tensões na Iugoslávia (GOMES, 2019, p. 251). Como afirma Wimmer (2018, p. 6, tradução nossa), “se os povos sentem que não podem confiar no governo nacional, tendem a se orgulhar menos de sua nação”¹⁸. Quando um povo não se orgulha de sua nação, ele tende a procurar outra representatividade. A falta desse princípio no governo Iugoslavo resultou na reascensão nacionalista adormecida (talvez em um sono leve) presente na região.

Nas últimas duas décadas do século XX, de fato o nacionalismo tomava conta da região, principalmente por parte dos sérvios, mas também por parte dos croatas. Segundo Mathias e Aguilar (2012, p. 442), no “início do século XX, apenas os muçulmanos se autodenominavam

¹⁸ Do original: “If they cannot trust that they will continue to be represented in national government, they tend to be less proud of their nation.”

bósnios”. Este sentimento se reacendeu ao final da década de 1980 e na década de 1990, devido à grande diversidade da região e o florescimento do sentimento nacionalista.

No início dos anos 1990 a Iugoslávia era um país com dois alfabetos (cirílico e latino), três línguas (esloveno, macedônio e servo-croata), quatro religiões (católica, ortodoxa, muçulmana e judaica), cinco nacionalidades (eslovena, croata, sérvia, muçulmana e macedônia) além de várias minorias nacionais como húngaros, búlgaros, albaneses etc., e seis repúblicas (Eslovênia, Croácia, Sérvia, Bósnia Herzegovina, Macedônia e Montenegro). Foi nessa colcha de retalhos que se deu a guerra civil do final do século XX. (MATHIAS; AGUILAR, 2012, p. 443).

Segundo Severo (2011), como precedentes da dissolução iugoslava temos as eleições de líderes nacionalistas na Croácia (Franjo Tudjman) e Eslovênia (Milan Kucan), e do partido socialista na Sérvia e Montenegro (Slobodan Milosevic). Os líderes nacionalistas queriam ter sua própria soberania nacional, e para isso buscavam sua independência.

Em 1987, o líder Sérvio Milosevic incentivou a população sérvia à hostilidade contra muçulmanos na Bósnia, ele clamava aos sérvios que “recuperassem sua terra e história.” (ARAÚJO, 2001, p. 84). Na Croácia, em 1990 o líder croata Franjo Tudjman após ser eleito presidente da República da Croácia em 1990 começou a hostilizar sérvios que viviam ou trabalhavam na Croácia, além de mudar tudo relacionado aos sérvios, desde nomes de ruas à manutenção da língua croata. Além de se opor a proposta da “Grande Sérvia” com a proposta da “Grande Croácia”. Na Sérvia todas as palavras em latim foram substituídas pelo cirílico. (MATHIAS; AGUILAR, 2012) É importante analisarmos o papel de Tudjman na Guerra de independência, pois, os croatas tiveram um impacto muito grande quanto a visão do exterior de enxergar os sérvios como demônios e de certa forma os croatas como “mocinhos”, quando de fato o presidente croata executou (como veremos mais à frente) operações de exílio e genocídios. Ainda, seguindo o slogan de Tudjman “Croácia para os Croatas”, segundo Severo (2011, p. 120-121), “Os 600.000 sérvios que habitavam território croata perderam seu status de nação constituinte da república croata, bem como seu direito a cargos nas forças policiais e na administração pública”. Em resposta às violências sofridas, os sérvios da região de Krajina tornaram-se uma região autônoma.

Devido às várias divergências históricas, étnicas, entre os objetivos dos países que compunham a Iugoslávia, somado aos fatores econômicos e divisões políticas, voltou a aflorar na região um nacionalismo responsável pelas guerras da década de 1990 (ARAÚJO, 2001). Através da justificativa de proteger sua população, os líderes nacionalistas envolvidos na Guerra buscaram como instrumento para “alcançar a supremacia política da etnia” a “chamada

limpeza étnica” (ARAÚJO, 2001, p. 13). Cabe ressaltar que “aqui não existem ‘mocinhos e bandidos’: dos dois lados as atrocidades praticadas foram enormes” (TURCI, 2008).

Para Alves (2013), a ascensão nacionalista fez com que a Eslovênia declarasse sua independência da Iugoslávia em fevereiro de 1990, e em abril elegeu Milan Kucan como presidente e Lojze Peterle como primeiro-ministro. Esta independência foi contestada por Belgrado, o que resultou em um referendo esloveno em dezembro de 1990, aprovado por 88,5% dos votos, solicitando sua independência para 25 de junho de 1991. Como efeito, ocorreu a Guerra da Eslovênia, ou Guerra dos Dez Dias, sua curta duração se deu ao fato de haver poucos sérvios em seu território, entretanto “Estava lançado o modelo de ações seguido também nas outras repúblicas” (ALVES, 2013, p. 97).

Seguindo os passos da Eslovênia, a Croácia buscou sua independência, porém, diferente do caso esloveno (devemos levar em consideração o fato de não haver uma quantidade significativa de sérvios na Eslovênia e nem eslovenos em outras partes da Iugoslávia), a separação croata resultou em milhares de mortes (HUDSON, 2003). Estudaremos no próximo capítulo os processos de independência da Croácia e da Bósnia.

3 A INFLUÊNCIA DO NACIONALISMO NAS GUERRAS DE INDEPENDÊNCIA DA CROÁCIA E BÓSNIA

Como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, as relações entre o governo do Estado e sua população está intimamente ligado à criação da nação e ao sentimento nacionalista. A Iugoslávia do pós-Primeira Guerra Mundial foi forjada pela vontade dos sérvios e das grandes potências de criar uma única grande nação, e havia naquele momento uma “vontade compartilhada” (tal como descrita por Hobsbawm). Apesar das diferenças étnicas, os povos que formaram a Iugoslávia tinham uma história em comum, seus ancestrais pertenciam àquela mesma região, e apesar de já terem travado algumas guerras entre si em um passado distante, todos tinham acabado de vir da mesma guerra como vitoriosos. Entretanto, cabe ainda ressaltar que a força do nacionalismo para separar uma nação é tão forte (ou até superior) quanto para unir os povos.

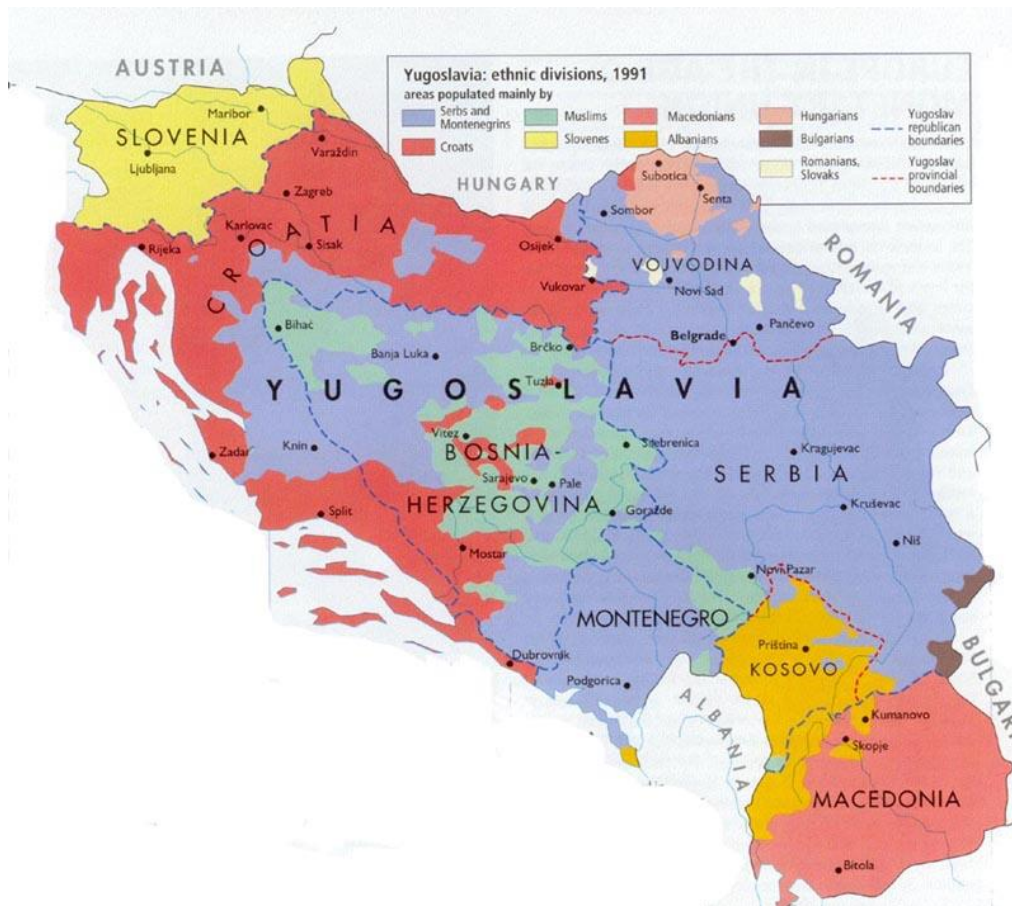
Através de Gellner (1993 apud COSTA, 2007) podemos identificar uma atitude não implementada por Tito durante sua gestão e que poderia perpetuar seu legado de enxergar a Iugoslávia como um grande país, mesmo após sua morte. Para Gellner (1993 apud COSTA, 2007), o necessário para criar uma nação é sua organização social, cultura interiorizada e a educação, ou seja, Tito conseguiu uma organização social bem sucedida através de um governo autoritário, entretanto não soube aproveitar a “vontade compartilhada” que formou o país algumas décadas antes, e principalmente, não implementou uma educação nacionalista de educação infantil para as crianças e jovens que herdariam sua perspectiva e ideologia, e nem políticas públicas para inserir os adultos ao sentimento de unitarismo, igualdade, pertencimento a um único povo, território e governo. Azar Gat e Alexander Yakobson (2014) nos explicam que apesar das pessoas não possuírem uma mesma etnia, se houver o sentimento de integração e ocorrer a criação de um Estado nacional, é possível (e até provável) que as pessoas se relacionem e gerem herdeiros sanguíneos com ambas as etnias.

É importante ressaltar que durante a gestão de Tito, o contexto que mantinha a República Socialista Federativa da Iugoslávia unida era sua forte repressão a movimentos e sentimentos nacionalistas através do uso da força, e com a sua morte o renascimento destes movimentos e sentimentos tomou conta das repúblicas, que estavam descontentes com o governo centralizado e buscavam aumentar sua soberania agindo como um intermediário entre seu povo e o governo, a fim de evitar interferências do governo federal em seu território, resultando no aumento da polarização étnica. Neste capítulo abordaremos os resultados desta polarização, no contexto e desenvolvimento das Guerras de Independência da Croácia e da Bósnia até sua resolução.

3.1 A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA DA CROÁCIA

No início de 1990, a Iugoslávia estava etnicamente misturada como um grande “caldeirão” (conforme figura 4), na Croácia sua população era de 4,7 milhões de habitantes, sendo 12,2% (581 mil) sérvios. Foi neste ano em que Franjo Tudjman do partido União Democrática Croata (HDZ) foi eleito presidente da Croácia e deu início a uma série de acontecimentos racistas e xenófobos contra os sérvios que viviam na Croácia (ALVES, 2013). Segundo Kate Hudson (2003), os sérvios foram expulsos de seus lares e empregos, sendo muitos desses lares destruídos por dinamites nas cidades de Dubrovnik e a capital Zagreb. Como observa Araújo (2001), em países separatistas o bem e mal está sempre bem definido, conforme os fins a serem atingidos.

Figura 4 – Mapa demográfico da Iugoslávia quando do início do processo de dissolução, em 1991



Fonte: Figueiredo (2013)

Com o avanço das tensões na região da Croácia, em maio de 1991 os sérvios que viviam no país declararam-se região autónoma de Krajina após consultar a população através de um referendo (logo depois se tornaram República Sérvia de Krajina, conforme expõe a figura 5). Tal decisão estava amparada pela constituição da Iugoslávia. (HUDSON, 2003)

Figura 5 – Mapa da República Sérvia de Krajina (em vermelho)



Fonte: República (2020)

Meses depois, em maio, a Croácia realizou um outro referendo buscando saber a opinião da sua população de permanecer na Iugoslávia, como resultado, a separação total ganhou. A já inexistente Comunidade Econômica Europeia com alguma esperança de resolver diplomaticamente, na época pediu adiamento de três meses para a independência, porém o JNA (Exército Iugoslavo) estava marchando para recuperar “terras sérvias na Croácia”, fazendo com que a Croácia declarasse independência em junho daquele ano, dando início a uma guerra de 6 meses (os croatas chamaram de “Guerra de Libertação”) até um cessar-fogo vindo a pedido da Europa. (ALVES, 2013) Milosevic reconheceu a autodeterminação croata, entretanto não permitiu que o país tirasse os sérvios que viviam em seu território da Iugoslávia. De fato, a minoria sérvia não desejava a separação da Iugoslávia (HUDSON, 2003).

Neste momento, segundo Alves (2013), a única instituição militar dentre todos os países era as Forças Armadas da Iugoslávia, o JNA, que era formada apenas por sérvios e montenegrinos (também sérvios), pois, conforme Severo (2011), os soldados desertaram do JNA porque se recusaram a lutar contra suas pátrias (como discutido no capítulo 1, podemos

dizer que a lealdade das pessoas estava com seus semelhantes, que se identificavam com a mesma pátria-mãe e compartilhavam dos mesmos laços sanguíneos e/ou culturais, ou seja, era o país que pertencia à Iugoslávia, e não a Iugoslávia) e muitos também se recusaram a lutar por um exército comunista. Precisamos exaltar o fato de que neste período os Estados Unidos haviam acabado de vencer a Guerra Fria e o mundo fazia a transição de um Sistema Internacional bipolar para um inicialmente unipolar liberal-democrático sob a liderança dos Estados Unidos.

Segundo Hudson (2003 apud SEVERO, 2011), mesmo antes da Proclamação da Independência croata, ocorreram diversos conflitos entre os croatas e os sérvios, sendo o primeiro em Pakrac, quando o governo croata em mais uma ação contrária aos interesses da população sérvia que vivia na Croácia promoveu a substituição da polícia local formada por sérvios pela milícia croata, resultando na intervenção do JNA. Porém a gota d'água para o estopim da guerra civil croata ocorreu após sua Declaração de Independência, quando em julho de 1991, Franjo Tudjman boicotou reuniões da Presidência da Iugoslávia, como consequência, no mês seguinte as relações entre Croácia e Sérvia foram cortadas e o JNA continuou avançando no território croata.

Hudson (2013) argumenta que para os croatas, que não se viam mais como pertencentes da Iugoslávia, os avanços do JNA era uma clara violação de soberania, ao mesmo tempo, conforme a constituição iugoslava, o JNA era legitimamente uma instituição da Iugoslávia, tendo autonomia para proteger os sérvios-croatas que não desejavam se desvincular da Iugoslávia. Hudson (2003) afirma ainda que naquele momento a Croácia não era soberana, ou seja, ainda estava vigente a constituição da Iugoslávia. De fato, a questão entre a Croácia e os sérvios-croatas se tornou um impasse e dividiu opiniões quanto à legitimidade da autodeterminação da Croácia e dos sérvios que viviam dentro da Croácia. Segundo a Constituição da Iugoslávia:

As nações da Iugoslávia, procedendo do direito de cada nação à autodeterminação, incluindo o direito à secessão ... se uniram em uma república federal de nações e nacionalidades livres e iguais e fundaram uma comunidade federal socialista.¹⁹ (HUDSON, 2003, p. 90, tradução nossa)

Segundo Richard F. Iglar (1992), a autodeterminação surgiu em dois momentos no século XX, a primeira vez com os movimentos nacionalistas no pós-Primeira Guerra e o segundo no processo de dar autonomia e independência para os países que se viam colonizados

¹⁹ Do original: "The nations of Yugoslavia, proceeding from the right of every nation to self-determination, including the right to secession ... have ... united in a federal republic of free and equal nations and nationalities and founded a socialist federal community."

no pós-Segunda Guerra. O autor identifica requisitos para que um povo possa se tornar um estado independente, dentre eles, para nosso estudo sobre a secessão dos países iugoslavos ressaltamos que

- (1) o grupo constitui um povo sob os padrões subjetivos e objetivos;
- (2) as pessoas procuram determinar seu status político e buscar o desenvolvimento econômico, social e cultural. De acordo com a Declaração de 1970, um povo também deve ter direito à autodeterminação por secessão se puder mostrar que o grupo é governado por um governo não representativo ou que o povo foi sujeito a tratamento desigual dentro do estado.²⁰ (IGLAR, 1992, p. 229, tradução nossa)

Considerando estes requisitos, podemos legitimar a escolha da Croácia em sua independência, pois segundo Araújo (2001), a vontade dos Estados era de ter suas próprias relações diplomáticas, exercício e autonomia.

Iglar (1992) afirma que eslovenos e croatas possuem direito à autodeterminação de acordo com o direito internacional, pois, se consideram soberanos e a maioria da população é a favor da independência (conforme referendos realizados) e porque são formados por diferentes grupos étnicos da Iugoslávia. Há ainda o fato de que os grupos étnicos não-sérvios sempre sofreram tratamento desigual por parte dos governos sérvios da Iugoslávia, os quais foram representativos para outras etnias. Contudo, o autor também compreende o lado da Iugoslávia não permitir tal sucessão, justificando como:

Embora o tratamento desigual de grupos étnicos tenha existido na Iugoslávia, provavelmente não é o tipo de tratamento que valida uma reivindicação de secessão. Assim, pode ser justificado pelo direito do governo federal de tomar as medidas adequadas para preservar a união e manter a ordem.²¹ (IGLAR, 1992, p. 238, tradução nossa)

No entanto, o reconhecimento do autor com o tratamento desigual de grupos étnicos nos permite legitimar as ações da Eslovênia e Croácia em busca de sua independência.

Em outubro foram realizadas três tentativas de acordos entre os líderes, todos fracassaram. No mês seguinte foram propostas novas tentativas que novamente não foram aceitas; por fim, O Secretário-Geral Perez de Cuellar, enviou Cyrus Vance para negociar. Seu

²⁰ Do original: “(1) the group constitutes a people under the subjective and objective standards; and (2) the people seek to determine their political status, and pursue economic, social, and cultural development. Under the 1970 Declaration, a people should also be entitled to self-determination by secession if they can show that the group is governed by a non-representative government or that the people have been subject to unequal treatment within the state.”

²¹ Do original: “Although unequal treatment of ethnic groups has existed in Yugoslavia, it is probably not the type of treatment that validates a claim to secession. Unequal treatment has almost always occurred in the context of federal government responses to crises in ethnic relations. Thus, it can be justified by the federal government's right to take appropriate measures to preserve the union and maintain order.”

plano consistia em criar e posicionar a Força de Proteção das Nações Unidas (UNPROFOR) nos territórios croatas-sérvios. Tudjman e Milosevic aceitaram, entretanto, a República Sérvia de Krajina se recusou. (SEVERO, 2011)

3.1.1 Cerco de Vukovar

Durante a Guerra da Croácia, dois cercos tiveram grande importância para o desfecho da Croácia e dos sérvios, o Cerco de Vukovar, o qual discorreremos agora, e o Cerco de Dubrovnik, o qual falaremos mais à frente. O JNA vinha sofrendo derrotas para o exército croata em lugares dentro do território croata (como em Gospic, por exemplo, onde ocorreu uma derrota e a morte do comandante do JNA, e em Varazdin onde houve a rendição do JNA), e logo compreendeu que só conseguiria obter êxito movendo-se em territórios sérvios-croatas, o que resultou nos cercos de Vukovar e Dubrovnik. (HUDSON, 2003)

Vukovar é uma cidade que fica ao leste da Croácia e faz fronteira com a Sérvia. Segundo o jornalista Francisco Marques (2016), o cerco de Vukovar iniciou em 25 de agosto de 1991 e durou até 18 de novembro de 1991, foi marcada pela grande desvantagem numérica entre os exércitos croatas (cerca de 1800 soldados) e sérvios, que contavam com 35 mil soldados do JNA mais sérvios-voluntários, somando 36 mil soldados. Segundo Alves (2013), a cidade possuía 44 mil habitantes, 47% croatas e 32% sérvios, e em maio de 1991, os sérvios da região, a incentivo dos sérvios da República de Krajina se rebelaram contra o governo croata, e finalmente em agosto cercaram a cidade com tanques de guerra. Para Hudson (2013), o início do cerco se deu após o governo croata tentar substituir os governantes eleitos por simpatizantes do partido de Tudjman, e apesar da cidade em si ser composta por maioria croata, a região possuía maioria sérvia, que resistiram e juntamente ao JNA cercaram a cidade. Esta foi a primeira vez que o JNA expôs sua posição a favor dos Sérvios em um conflito.

A defesa sérvia era composta por uma força paramilitar formada por reservistas e voluntários, enquanto as forças militares eram compostas em geral, por camponeses; já os croatas contavam com um exército paramilitar bem organizado, além dos desertores do JNA e um arsenal contrabandeado. Outra estratégia da Croácia era fazer com que a comunidade internacional visse os sérvios como demônios, "o plano era forçar ao máximo o JNA a utilizar ações militares de forma que a mídia e a opinião pública condenassem isso e, de quebra, ficassem ao lado dos croatas" (SEVERO, 2011, p. 126). Nas palavras de (HUDSON, 2003, p. 94, tradução nossa)

O tipo de ação que levaria à condenação internacional, garantindo assim simpatia e apoio para a causa croata. A Alemanha já estava se preparando para orquestrar todo o apoio da mídia para a Croácia se o JNA se aprofundasse no conflito.²²

Esta estratégia inicialmente não teve sucesso, apesar do cerco durar quase três meses e ficar conhecida como “Stalingrado croata”, foi apenas no cerco de Dubrovnik que a comunidade internacional passou a observar o conflito de perto.

Ao final do cerco, em novembro de 1991, as consequências foram extravagantes para os croatas e até mesmo para outros povos não-sérvios que viviam na região. Segundo Marques (2016),

As autoridades de Zagreb estimam que mais de 20 mil croatas e outros não sérvios tenham sido expulsos de Vukovar, cidade onde antes da guerra dos Balcãs teriam residido mais de 80 mil pessoas, divididos entre croatas e sérvios. [...] De acordo com dados do hospital de Vukovar, 1624 pessoas foram mortas, incluindo 12 crianças, e 2557 ficaram feridas e mais de 350 soldados croatas foram dados como desaparecidos. Depois da tomada de Vukovar, centenas de civis teriam sido levados para campos de concentração na Sérvia e foram torturados, violados e alguns executados.

Alves (2013, p. 102) chamou as atitudes dos sérvios de “primeira grande limpeza étnica realizada pelos sérvios” e após estar “limpa”, se integrou à República Sérvia da Krajina (só foi reintegrada à Croácia em 1998).

3.1.2 Cerco de Dubrovnik

Dubrovnik é uma cidade croata com infraestrutura antiga, com construções consideradas patrimônio histórico e arquitetônico; fica ao sul da Croácia, próximo de Montenegro e Bósnia-Herzegovina. Esta cidade serviu como palco para a estratégia croata de se colocarem como mocinhos e "demonizar" a imagem dos sérvios. Seu cerco teve início em outubro de 1991 e fim em maio de 1992. Segundo Severo (2011, p. 126), “O cerco à cidade, conhecida por seu rico patrimônio histórico e arquitetônico, foi tratado pela mídia ocidental como catastrófico pela destruição de seu patrimônio”. Apesar de todo alvoroço da mídia, a cidade não sofreu danos consideráveis, mas serviu para o propósito croata de se tornarem vítimas. Segundo Crawford (1996 apud SEVERO, 2011) foi a partir daí que a mídia transformou os sérvios em racistas que

²² Do original: “the type of action that would lead to international condemnation, thus securing sympathy and support for the Croatian cause. Germany was already preparing to orchestrate full media support for Croatia if the JNA were drawn deeper into the conflict.”

pretendiam executar uma limpeza étnica, ao mesmo tempo em que surgiu a campanha para a independência da Croácia.

Em 25 de agosto de 1991, a Croácia avançou sob uma base da JNA na Baía de Kotor ao longo da costa de Dubrovnik, entretanto foi uma batalha perdida para os croatas. (HUDSON, 2003). Segundo Alves (2013, p. 102), em Dubrovnik, não havia sérvios para se rebelar, mas sua posição geográfica a deixou vulnerável, quando os sérvios operaram com tropas montenegrinas por terra e iugoslava pelo Mar Adriático foi fácil cercar a cidade avançando pela vizinhança, entretanto não chegaram de fato a invadir a cidade, mas o bombardeio à cidade considerada patrimônio histórico pela UNESCO foi mal visto pelo restante do mundo que assistia através das mídias da época,

A operação bélica em Dubrovnik não serviu de nada para a Sérvia, nem funcionou como justificativa bastante para uma intervenção de fora. Invalidou, porém, argumentos de que as ações do JNA eram defensivas, para proteger os sérvios nas repúblicas separatistas. Não havia mais qualquer dúvida de quem era o verdadeiro agressor.

Como consequência, 11.425 construções foram destruídas, 88 civis, 94 soldados croatas e 165 do JNA morreram, além do exílio de 15.000 refugiados croatas que viviam nas vizinhanças para a cidade de Dubrovnik.

Em setembro de 1991 o mediador da ONU Cyrus Vance já havia começado as negociações de um cessar-fogo, ao final do cerco, ambos Tudjman e Milosevic se encontravam em uma posição desagradável, Tudjman não queria perder mais territórios e como barganha liberou o JNA que estava preso na capital Zagreb, Milosevic já havia tomado os territórios de população sérvia, e, portanto, apenas retirou o JNA de Zagreb e o movimentou para a Bósnia-Herzegovina. (SEVERO, 2011). Em janeiro de 1992, a ONU conseguiu um cessar-fogo entre as partes croatas. Em 21 de fevereiro aprovou a Resolução 743.

Expressando sua gratidão ao Secretário-Geral e seu Enviado Pessoal para a Iugoslávia por sua contribuição para o estabelecimento de condições propícias ao envio de uma Força de Proteção das Nações Unidas e por sua contínua dedicação a esse esforço [...] 2. Decide estabelecer, sob sua autoridade, uma Força de Proteção das Nações Unidas de acordo com o referido relatório e o plano de manutenção da paz das Nações Unidas e solicita ao Secretário-Geral que providencie para que a Força seja enviada o mais rápido possível;²³ (CSNU, 1992)

²³ Do original: “Expresando su gratitud al Secretario General y a su Enviado Personal para Yugoslavia por su contribución al establecimiento de las condiciones favorables al despliegue de una Fuerza de Protección de las Naciones Unidas y por su constante dedicación a ese esfuerzo [...] 2. Decide establecer, bajo su autoridad, una Fuerza de Protección de las Naciones Unidas con arreglo a lo indicado en el informe anteriormente mencionado y en el plan de las Naciones Unidas de mantenimiento de la paz y pide al Secretario General que disponga lo necesario para que la Fuerza se despliegue lo antes posible;”

Esta resolução levou 14.000 soldados para quatro áreas da Croácia. Estes criariam uma zona tampão entre os croatas e sérvios (na região da Krajina), suspendendo as hostilidades. Enquanto isso, os exércitos da JNA se retiravam do território croata e moviam-se em direção a Bósnia-Herzegovina, onde aumentavam as tensões. (ALVES, 2013). Em abril de 1992, os sérvios-croatas estabeleceram a República Sérvia de Krajina, compreendendo 30 por cento do território croata. (HUDSON, 2003). Essa situação só será resolvida em 1995, com a intervenção das grandes potências, já por conta de um conflito envolvendo a Bósnia-Herzegovina, que será estudado a seguir.

3.2 A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA DA BÓSNIA-HERZEGOVINA

O conflito da Bósnia, por ter uma população formada por muitos grupos étnicos distintos (UNHCR, 2000, p. 218), foi um dos mais cruéis no processo de dissolução da Iugoslávia.

A Bósnia e Herzegovina era a mais etnicamente misturada de todas as repúblicas da ex-Iugoslávia. De acordo com um censo da população iugoslava de 1991, os três principais grupos na Bósnia e Herzegovina eram os muçulmanos (44 por cento), sérvios (31 por cento) e croatas (17 por cento)²⁴

A Bósnia por muito tempo não via essas diferenças étnicas afetar seu dia a dia, na verdade, era comum que ocorresse até casamentos mistos (cerca de 20%), gerando assim herdeiros "iugoslavos". Mas com o contexto da independência da Eslovênia e da Croácia e simultaneamente o surgimento de um líder em especial que atuaria em prol do nacionalismo muçulmano, Alija Izetbegovic, do Partido Muçulmano (SDA), e influenciado por forças exteriores, os sentimentos de diferenças étnicas tomou conta do país. (ALVES, 2013)

Em novembro de 1990, o partido sérvio SDS defendeu a ideia de que a separação da Iugoslávia seria inconstitucional caso não houvesse consentimento entre os três povos que formavam a população da Bósnia-Herzegovina. Izetbegovic, em julho de 1991, solicitou a adesão da Bósnia à Organização da Conferência Islâmica e após isto foi acusado de ser extremista e de ter possíveis ligações com Osama Bin Laden. Apesar dessas suposições, os Estados Unidos declararam seu apoio abertamente à liderança muçulmana da Bósnia de Izetbegovic (HUDSON, 2003). Em meados de outubro de 1991, Izetbegovic apresentou uma proposta de soberania ao parlamento bósnio que foi apoiada pelo seu partido SDA e pelo partido

²⁴ Do original: "Bosnia and Herzegovina was the most ethnically mixed of all the republics of the former Yugoslavia. According to a 1991 Yugoslav population census, the three main groups in Bosnia and Herzegovina were Muslims (44 per cent) Serbs (31 per cent) and Croats (17 per cent)."

croata HDZ, e contestada pelo partido sérvio SDS. Em novembro o partido sérvio realizou referendos nas áreas sérvias da Bósnia, que votaram pela permanência na Iugoslávia, enquanto o partido sérvio (SDS) deixava o governo (SEVERO, 2011). Ao mesmo tempo, os croatas definiram duas áreas autônomas na Bósnia. Em dezembro de 1991, o governo da Bósnia já sem o partido sérvio SDS solicitou o reconhecimento de sua independência pela Comunidade Europeia; em resposta, o partido sérvio expôs sua intenção de estabelecer uma república sérvia da Bósnia. Cabe ressaltarmos que neste momento muitos refugiados da Guerra da Croácia estavam entrando na Bósnia (HUDSON, 2003).

O referendo exigido pela CE sobre a independência da Bósnia ocorreu de 29 de fevereiro a 1 ° de março de 1992, sendo a maioria a favor da independência. Izetbegovic declarou a independência da Bósnia-Herzegovina em 3 de março (SEVERO, 2011). Em contrapartida. Radovan Karadzic declarou a Republika Srpska ou República Sérvia da Bósnia-Herzegovina.

Após a declaração de independência de Izetbegovic, os deputados sérvios (71 do SDS mais seis de outros partidos sérvios), por sua vez, instalados em Pale, cidade de população sérvia dez quilômetros a Leste de Sarajevo, onde se reuniam em sessão separada, proclamaram-se, em 27 de março, “entidade nacional sérvia”, vinculada ao que restara da Iugoslávia (Sérvia e Montenegro), adotando Constituição própria para a “nação sérvia da Bósnia e Herzegovina”. (ALVES, 2013, p. 112)

A CE tentando evitar a guerra se esforçou para chegar a um acordo e em 18 de março as três lideranças assinaram o Acordo de Lisboa resultante. “Isso concordou em uma república de três nações constituintes, cada uma com o direito à autodeterminação, e uma democratização regional em linhas étnico-nacionais”²⁵ (HUDSON, 2003, p. 111, tradução nossa).

Este acordo serviu como estrutura do que se formaria a Bósnia pós Guerra, de fato, talvez a guerra seria evitada se o acordo fosse executado naquele momento, entretanto os líderes muçulmano e croata, Izetbegovic e Mate Boban respectivamente, voltaram atrás e anularam suas assinaturas (SEVERO, 2011).

Segundo Hudson (2003), isto se deu após o encontro entre Izetbegovic e o Embaixador norte-americano Warren Zimmermann, aparentemente os Estados Unidos não permitiriam um acordo vindo da CE e queriam ditar seu próprio acordo baseado em seus interesses geopolíticos, ao custo de vários massacres e limpeza étnica. Finalmente, em 6 de abril, pressionados pelos Estados Unidos, a CE reconheceu a Bósnia, pondo fim a qualquer esperança de negociação pacífica.

²⁵ Do original: “This agreed a republic of three constituent nations, each with the right to self-determination, and a regional cantonization on ethno-national lines.”

Os sérvios-bósnios deram início ao controle sobre suas áreas, conseguindo em maio o controle de mais de 60 por cento da Bósnia. Em 20 de maio, Milosevic desmobilizou o JNA que passou a ser apenas da Sérvia e Montenegro (o que restou da Iugoslávia), e as tropas não-bósnias foram retiradas da Bósnia (HUDSON, 2003). O acolhimento das Nações Unidas com a Eslovênia, Croácia e a Bósnia-Herzegovina como estados-membros só aconteceu em 22 de maio de 1992. A partir daí, segundo Alves (2013), a quantidade de resoluções do CS com o propósito de resolver as Guerras cresceram consideravelmente.

De fato, as intervenções das Grandes Potências tardaram por motivo de conflitos de interesses, mais especificamente, enquanto os Estados Unidos apoiaram os muçulmanos, a Alemanha e Áustria apoiavam os croatas e a França e Rússia apoiavam os sérvios (HUDSON 2003). Somente em 30 de maio de 1992 a ONU através do CS impôs sanções comerciais à República Federal Iugoslávia (RFI) através da resolução 757²⁶ (UNSC, 1992).

Em agosto de 1992, a CE reconheceu a integridade territorial da Bósnia-Herzegovina e identificou a Iugoslávia como agressor, através da Conferência de Londres. Em mais uma tentativa de realizar acordos, em setembro de 1992, ocorreu a Conferência de Paz de Genebra, tendo como atores principais Lord Owen representando a CE e Cyrus Vance a ONU. O Plano Vance-Owen, proposto em janeiro de 1993, foi aceito pelos croatas-bósnios e pelos muçulmanos, porém, rejeitado pelos sérvios-bósnios. O que fez com que a CE ficasse “irritada” com os sérvios, fazendo-a declarar em abril de 1993 que caso a Iugoslávia sob o comando de Milosevic e dos sérvios-bósnios sob o comando de Karadzic não aceitassem o Plano Vance-

²⁶ 4. Decide também que todas as partes devem prevenir: a) A importação para seus territórios de todos os produtos originários da República Federativa da Iugoslávia (Sérvia e Montenegro) que sejam exportados após a data desta resolução; b) Todas as atividades de seus nacionais ou realizadas em seus territórios que promovam ou se destinem a promover a exportação ou transbordo de quaisquer produtos ou mercadorias originários da República Federativa da Iugoslávia (Sérvia e Montenegro), bem como quaisquer transações realizadas por seus nacionais ou por navios ou aeronaves de suas bandeiras ou em seus territórios de produtos ou mercadorias originários da República Federal da Iugoslávia (Sérvia e Montenegro) e exportados após a data desta resolução, incluindo, em particular, quaisquer transferências de fundos para o República Federal da Iugoslávia (Sérvia e Montenegro) para atender a essas atividades ou transações; c) A venda ou fornecimento por seus nacionais ou de seus territórios ou por meio da utilização de navios ou aeronaves com suas bandeiras de quaisquer produtos ou mercadorias, originários ou não de seus territórios, com exclusão de suprimentos destinados estritamente para fins médicos e alimentares, no qual o Comitê do Conselho de Segurança estabelecido nos termos da resolução 724 (1991) em relação à Iugoslávia, a qualquer pessoa ou entidade na República Federal da Iugoslávia (Sérvia e Montenegro), ou a qualquer pessoa ou entidade em relação a qualquer negócio conduzido em ou dirigido da República Federal da Iugoslávia (Sérvia e Montenegro), e quaisquer atividades de seus nacionais ou em seus territórios que promovam ou se destinem a promover tal venda ou fornecimento desses produtos ou bens; 5. Também decide que todos os estados se absterão de disponibilizar às autoridades da República Federal da Iugoslávia (Sérvia e Montenegro), ou a qualquer empresa comercial, industrial ou de serviço público operando na República Federal da Iugoslávia (Sérvia e Montenegro), quaisquer fundos ou quaisquer outros recursos financeiros ou econômicos, e deve impedir seus nacionais e quaisquer pessoas que estão em seus territórios de retirá-los ou de outra forma disponibilizar a essas autoridades ou empresas quaisquer desses fundos ou recursos e remeter qualquer um desses fundos para pessoas ou entidades localizadas na República Federativa da Iugoslávia (Sérvia e Montenegro), com exceção de pagamentos para fins estritamente médicos ou humanitários e alimentos.

Owen, sofreriam sanções (HUDSON, 2003), o que de fato ocorreu pouco depois, com a resolução 820 do Conselho de Segurança.

Com isso, em maio de 1993, Milosevic persuadiu Karadzic a assiná-lo, porém a Assembleia Sérvia da Bósnia se recusou a endossá-lo. Como consequência, Milosevic se recusou a ajudar os sérvios-bósnios militarmente e o Plano Vance-Owen foi abandonado. Apesar do Plano não ter sido executado, ele causou desavenças entre croatas e muçulmanos, conforme afirma UNHCR (2000, p. 218) “Nos primeiros estágios da guerra, muçulmanos e croatas na Bósnia e Herzegovina lutaram juntos contra os sérvios da Bósnia, mas no início de 1993, eclodiram combates entre croatas e muçulmanos da Bósnia.”²⁷ Segundo Hudson (2003), este embate se deve a uma proposta do Plano Vance-Owen, o qual os croatas teriam territórios pertencentes aos muçulmanos, e devido a isto, os croatas tentaram adquirir esses territórios, guerreando contra muçulmanos. Em agosto de 1993, Owen tentou um novo plano juntamente com Thorvald Stoltenberg, o plano Owen-Stoltenberg dividia a Bósnia-Herzegovina em 52 por cento para os sérvios, 30 por cento para os muçulmanos e 18 por cento aos croatas, e foi bem aceito pelos croatas e sérvios, porém recusado pelos muçulmanos que eram incentivados pelos Estados Unidos a pedir uma parcela maior de território.

Dentre as várias atrocidades e violações dos direitos humanos ocorridos durante a Guerra da Bósnia, um acontecimento em especial no mercado de Markale, em Sarajevo, chamou a atenção internacional. No dia 05 de fevereiro de 1994, um morteiro explodiu no mercado aberto, deixando 68 pessoas mortas e mais alguns feridos. Como consequência os Estados Unidos deram um ultimato a todas as partes, entretanto uma ameaça vinda da Rússia de ajudar os sérvios desarmados pôs fim ao ultimato. (ALVES, 2013), Este caso teve bastante repercussão negativa para os sérvios, acusados de matarem inocentes, porém, segundo Hudson (2003, p. 116, tradução nossa), estes ataques faziam parte do processo de Izetbegovic de (assim como Tudjman) demonizar os sérvios e conseguir apoio do ocidente:

Incidências de forças muçulmanas atacando alvos amigos ou atirando em civis muçulmanos, a fim de culpar os sérvios, não eram incomuns, incluindo os infames massacres na fila de pão e no mercado em Sarajevo, em 1992, 1994 e 1995. Em todos os três incidentes, investigações internas da ONU revelaram que as forças muçulmanas da Bósnia foram os responsáveis.²⁸

²⁷ Do original: “In the early stages of the war, Muslims and Croats in Bosnia and Herzegovina fought together against the Bosnian Serbs, but in early 1993, fighting broke out between Bosnian Croats and Bosnian Muslims”

²⁸ Do original: Incidences of Muslim forces attacking friendly targets, or shooting Muslim civilians, in order to blame the Serbs, were not uncommon, including the ‘infamous breadline and marketplace massacres in Sarajevo, in 1992, 1994, and 1995. In all three incidents internal UN investigations revealed that Bosnian Muslim forces were responsible.

Em outra tentativa de apaziguar as partes croatas e muçulmanos para derrotar os sérvios, os Estados Unidos os pressionaram negociando com Tudjman e Izetbegovic a um cessar-fogo entre seus povos, e em março de 1994 foi assinado o Acordo de Washington, que resultou em uma aproximação entre croatas-bósnios e muçulmanos, convergindo os dois povos em uma única república, a Federação Croata-Muçulmana (UNHCR, 2000). Essa configuração perdura até hoje e é conhecida como Federação da Bósnia e Herzegovina. (ALVES, 2013)

Em mais uma tentativa de alcançar a paz foi criado o Grupo de Contato em meados de 1994, por representantes da França, Estados Unidos, Alemanha, Rússia e Reino Unido, sem a participação de representantes da CE ou da ONU. O Grupo fez uma nova proposta de divisão do território, sendo 51 por cento para a federação croata-muçulmana e 49 por cento para os sérvios da Bósnia (PATRIOTA, 2010). Esta proposta foi rejeitada pelos sérvios-bósnios, “enfurecendo” Milosevic que acabou fechando as fronteiras da Iugoslávia para o tráfico de armas destinadas aos sérvios-bósnios (HUDSON, 2003). Em agosto e setembro de 1994, a OTAN bombardeou tanques sérvios nas proximidades de Sarajevo e também o campo de pouso em Udbina, após uma investida sérvia em uma “área de segurança” (PATRIOTA, 2010).

Neste momento os muçulmanos estavam se sobressaindo contra os sérvios, pois, além de estarem em maior número, estavam agora mais bem armados, pois desde abril estavam recebendo armamentos enviados pelo Irã, enquanto os sérvios-bósnios perderam a ajuda de Milosevic. Em outubro de 1994 os Estados Unidos anunciaram uma missão militar em Sarajevo, para oferecer treinamento e financiar o regime de Izetbegovic, além de realizar um acordo de cooperação militar com a Croácia, no mês seguinte. Em dezembro de 1994, o ex-presidente dos EUA, Jimmy Carter negociou com sucesso uma trégua de 4 meses que incluía troca de prisioneiros entre sérvios-bósnios e muçulmanos. Estes 4 meses foram essenciais para o fortalecimento e treinamento das forças croatas e muçulmanas que receberam investimento técnico e militar norte-americana (HUDSON, 2003).

3.2.1 Operação Storm e Intervenção da OTAN (1995)

Uma série de acontecimentos ocorridos em 1995 mudaram muito a situação da guerra, sendo o primeiro em maio (ver figura 6 para compreender as áreas de controle na Croácia e na Bósnia-Herzegovina no início de 1995), quando o exército croata sob comando de Tudjman lançou uma ofensiva em direção à Eslavônia Ocidental para recuperar territórios, causando um grande êxodo de sérvios. Ainda em maio, a OTAN bombardeou depósitos de armas dos sérvios-bósnios, causando revolta destes em relação aos funcionários da ONU, que foram feitos de

refém e liberados no mês seguinte após pressão de Milosevic. Em vista da ameaça para seus funcionários, a ONU se retirou das áreas de domínio sérvio na Bósnia (HUDSON, 2003). Após a retirada das Forças de Proteção das Nações Unidas das chamadas “áreas seguras” da ONU, o general sérvio-bósnio Ratko Mladić viu uma oportunidade de executar mais uma “limpeza étnica” contra os muçulmanos; o episódio ficou conhecido como Massacre de Srebrenica de 11 de julho de 1995, e resultou em 40.000 pessoas fugindo e 7.000 mortos entre crianças, adultos e idosos do sexo masculino. Após a queda de Srebrenica os sérvios avançaram para Pale, que também era outra “área segura” da ONU (UNHCR, 2000).

Figura 6 – Mapa das Áreas de controle na Croácia e na Bósnia-Herzegovina em abril de 1995.



Fonte: UNHCR (2020, p. 223)

Após sucesso na Eslavônia Ocidental, Tudjman avançou para Knin, capital da República Sérvia da Krajina em agosto de 1995, executando a chamada “Operação Storm”, atacando a região da Krajina por todos os lados, para retomada de todo território da Croácia dominada por

sérvios, “obrigando 150.000 sérvios residentes naquela parte da Croácia há trezentos anos a buscar novo endereço.” (PATRIOTA, 2010, p. 95). Segundo a UNHCR (2000), mais de 100.000 soldados estavam envolvidos nessa investida e o número de refugiados sérvios foi de 200.000 pessoas.

Ao final de agosto, no dia 28, um último ataque de uma das partes do conflito a um mercado em Sarajevo o qual deixou 37 mortos e dezenas de feridos foi a gota d'água para a OTAN, que entendeu o ataque partindo dos sérvios da Bósnia, e como resposta lançou uma campanha de bombardeio aéreo intensivo de duas semanas contra os sérvios-bósnios. A vitória croata com a Operação Storm, somado ao bombardeio realizado pela OTAN após o ataque no mercado de Sarajevo, resultou na derrota dos sérvios. Ao ver seu povo perdendo cada vez mais território, e sofrendo com as sanções econômicas impostas pelo Conselho de Segurança, as autoridades sérvias, em especial Milosevic (que já tinha se desentendido com Karadzic), não teve outra opção senão negociar com Washington (UNHCR, 2000).

3.2.2 Cerco de Sarajevo

Sarajevo é a capital da Bósnia, a cidade é rodeada de montanhas, e sua geografia facilitou o cerco realizado pelos sérvios-bósnios entre 5 de abril de 1992 a 29 de fevereiro de 1996. O JNA se posicionou nas colinas que cercam a cidade e começaram a ofensiva com artilharia pesada (UNHCR, 2000, p. 218). Cerca de 13.000 soldados sérvios-bósnios da República de Srpska liderados por Radovan Karadzic apoiados pelo JNA e armados com metralhadoras, snipers, tanques, morteiros e outras armas bombardeavam diariamente uma população praticamente desarmada, pois, os poucos soldados locais estavam mal armados e sem condições de contra-atacar. Após um mês de cerco, a cidade foi totalmente bloqueada, e até mesmo a energia e água se tornaram escassas. O que permitiu a resistência de Sarajevo foi a ajuda exterior, negociada com os líderes sérvios, para que chegassem suprimentos de necessidades básicas, saúde e alimentos à cidade e a escavação de um túnel apertado e lamacento debaixo da pista do aeroporto, o qual demorava cerca de 40 minutos de travessia (ALVES, 2013).

Entre 3 de julho de 1992 e 9 de janeiro de 1996, o ACNUR coordenou [...] cerca de 160.000 toneladas de alimentos, medicamentos e outros bens que foram entregues a Sarajevo em mais de 12.000 voos. A ponte aérea também

foi usada para evacuar mais de 1.100 civis que precisavam de cuidados médicos.²⁹ (UNHCR, 2000, p. 227, tradução nossa)

Apesar dos esforços da UNHCR na ajuda humanitária, a burocracia e a ameaça à segurança eram constantes, segundo UNHCR (2000, p. 228, tradução nossa)

As forças sérvias da Bósnia disparavam contra aeronaves que usavam o aeroporto. Houve mais de 270 incidentes graves de segurança, que em muitos casos forçaram o ACNUR a suspender temporariamente o transporte aéreo. O pior desses incidentes ocorreu em 3 de setembro de 1992, quando um míssil terra-ar derrubou um avião de carga G-222 da Força Aérea Italiana, matando todos os quatro tripulantes a bordo.³⁰

Outros problemas também eram enfrentados, como a recusa dos inspetores sérvios-bósnios em permitir que certos produtos fossem descarregados ou saíssem dos aeroportos em Sarajevo, fazendo com que por vezes os aviões tivessem que transportar os produtos de volta para algum outro país gerando prejuízo financeiro, e outras vezes os produtos como alimentos perdiam nos aeroportos e suprimentos para necessidades básicas como água e de saúde não chegavam aos necessitados (UNHCR, 2010). A cidade só foi liberada após o Acordo de Dayton.

3.3 ACORDO DE DAYTON

Em Dayton, Ohio, em 1º de novembro de 1995, deu-se início a conferência, com a presença de Izetbegovic, líder dos bósnios-muçulmanos, Milosevic, líder sérvio e Tudjman, líder croata, e representantes dos Estados Unidos, França, Itália, Reino Unido, Rússia, Alemanha e da UE. As negociações foram concluídas, sendo o Acordo Geral rubricado no dia 21 de novembro por Izetbegovic para a República da Bósnia e Herzegovina, Tudjman para a República da Croácia e Milosevic para a República Federal da Iugoslávia. Em 14 de dezembro foi assinado formalmente em Paris pelas partes e por testemunhas. Para que o acordo de paz surtisse efeito, ele precisava ser implementado, e para isso foi necessário a disposição de 25 países, que formaram uma força de 60 mil homens que atuariam como força de paz no território da Bósnia-Herzegovina. Isto foi previsto no Acordo Geral, e as partes aceitaram cooperar plenamente na implementação do acordo de paz (CLINTON, 2020).

²⁹ Do original: “Between 3 July 1992 and 9 January 1996, UNHCR coordinated [...] Altogether some 160,000 tons of food, medicines and other goods were delivered to Sarajevo in over 12,000 flights. The airlift was also used to evacuate more than 1,100 civilians in need of medical care.”

³⁰ Do original: “Bosnian Serb forces fired at aircraft using the airport. There were more than 270 serious security incidents, which in many cases forced UNHCR temporarily to suspend the airlift. The worst such incident took place on 3 September 1992, when a surface-to-air missile downed an Italian Air Force G-222 cargo plane, killing all four of the crew on board”

Além do Acordo entre a República da Bósnia e Herzegovina, a República da Croácia e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) sobre o “Estatuto da OTAN e do seu Pessoal” e o Acordo entre a República Federal da Iugoslávia e o Tratado do Atlântico Norte da OTAN sobre arranjos de trânsito para operações do plano de paz. Previstos no Acordo de Dayton estava a Constituição da Bósnia e Herzegovina; acordos sobre a força tarefa da polícia internacional; de estabilização regional; das eleições; dos; direitos humanos; de estabelecimento de corporações públicas da Bósnia-Herzegovina; para refugiados e pessoas deslocadas; para preservar monumentos nacionais; para implementação civil do acordo de paz; e por fim, para iniciar o Acordo-Quadro Geral para a paz na Bósnia-Herzegovina (UNSC, 1995).

O acordo manteve a Bósnia e Herzegovina unida como um único estado formado por duas Entidades, a República Srpska (com 49 por cento do território e capital em Banja Luka) e a Federação da Bósnia-Herzegovina (com 51 por cento do território e capital em Sarajevo), e por três povos, sérvios, croatas e bósnios-muçulmanos (HUDSON, 2003), conforme mostra a figura 7.

Figura 7 – Mapa da Bósnia-Herzegovina após o Acordo de Dayton



Fonte: UNHCR (2020 p. 232)

A República Srpska, culturalmente quase homogênea depois da guerra, em função das “limpezas étnicas”, tem forma de república unitária. A Federação bósnio-croata, onde as etnias sempre foram mais imbricadas e misturadas divide-se em 10 cantões, cujos governos precisam ser de pessoa da etnia majoritária na área, sendo a segunda autoridade da outra: se o primeiro-ministro for muçulmano, o presidente da assembleia será croata; se um secretário cantonal for croata, seu vice será muçulmano, e assim por diante. O mesmo tipo de equilíbrio interétnico é instituído para os Ministérios e demais órgãos do Estado supranacional da Bósnia e Herzegovina. (ALVES, 2013, p. 130)

A partir de todas essas observações, verifica-se que a política preconceituosa e nacionalista sérvia que visava a exclusão e até expulsão dos não-sérvios do território da Iugoslávia, com uma tentativa racista de “purificar” a região, implementada pelo Estado através de Milosevic, gerou consequências extremamente negativas para a manutenção da Iugoslávia, refletindo na crise e dissolução desse “Estado-Nação”. Pois, iniciou-se a partir daí a grande hostilidade entre as diversas identidades que o formavam.

Segundo Hall (2005), as pessoas se identificam e são leais ao seu país quando são inseridas em sua política e cultura, e segundo Gellner (1993 apud COSTA, 2007), quando não são, tendem a se unir com outros semelhantes para enfrentar o diferente. A falta de representação para as identidades não-sérvias no território iugoslavo criou a vontade de independência da Eslovênia e Croácia e conseqüentemente resultou na independência da Bósnia-Herzegovina e da Macedônia. “Note-se que as duas últimas não tinham intenção de se tornarem independentes e resistiram à ideia, em um primeiro momento, por temer o tipo de guerra interétnica que de fato veio a ocorrer”. (PATRIOTA, 2010, p. 88). Já a Croácia buscou o conflito interétnico propositalmente contra os sérvios, ao atacar aqueles que viviam em seu país, respondendo às políticas adotadas pelos sérvios com o mesmo “peso”, iniciando uma doutrina de nacionalismo croata desenfreado. Adiante, os muçulmanos-bósnios travaram sua luta contra os sérvios-bósnios por se sentirem excluídos da política do país. Araújo (2001) nos alerta da importância da inclusão e exclusão no nacionalismo. De fato, o conflito étnico desenvolvido na Iugoslávia na década de 1990 se deu devido à exclusão étnica promovida por uma das partes, como a tentativa do Estado de buscar uma forma de apagar o sentimento nacionalista de pertencimento a uma nação que não fosse a Sérvia.

A respeito das diferenças étnicas e sentimentos nacionalistas, e levando em conta alguns eventos deste conflito, como os Cercos de Vukovar, Dubrovnik e Sarajevo, o massacre de Srebrenica, e a Operação Storm, os quais todos os envolvidos cometeram atrocidades movidos pelas diferenças étnicas, não podemos afirmar que logo após o fim das Guerras de Independência da Croácia e da Bósnia-Herzegovina, as pessoas que se identificavam com a

identidade predominante em determinado território, teriam empatia ou, no mínimo, respeito com as pessoas de identidade minoritária naquela região. Nas questões militares, o Acordo de Dayton foi um sucesso; entretanto, nas questões civis, embora o acordo deixe claro que todo cidadão que se tornou refugiado por motivo desta guerra poderá retornar para seus lugares de origem, o Acordo não fez nenhum esforço civil para garantir isso, apenas confiou que as populações ao retornarem para suas casas seriam bem aceitas por aqueles vizinhos de etnias diferentes (UNCHR, 2000). Essa situação conflitiva foi resolvida por conta da pressão estrangeira e outros arranjos regionais, como o fortalecimento da União Europeia, apaziguaram a região, depois dos sangrentos eventos envolvendo todos os grupos da antiga Iugoslávia.

CONCLUSÃO

Mesmo com o sucesso de Tito em sua gestão da Iugoslávia até sua morte em 1980, os eventos que se sucederam não permitiram que o sistema autogestionário das empresas e o sistema de revezamento de poder continuassem prosperando no país. A ascensão ultranacionalista que surgiu nas últimas duas décadas do século XX pôs fim ao período de estabilidade na região dos Balcãs, e transformou a região em zona de guerra, com genocídios, exílios em massa e maior tempo de cerco (a Sarajevo) desde a Segunda Guerra Mundial.

Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (UNHCR, 2000), na Croácia, como consequência da guerra em 1991, aproximadamente 20.000 pessoas morreram e mais de 200.000 tornaram-se refugiados em outros países, enquanto 350.000 foram deslocadas internamente. Enquanto na Bósnia, em dezembro de 1995, cerca de cinquenta por cento da população (2,2 milhões) estava desabrigada, 1,3 milhão de pessoas estavam deslocadas, com 500.000 refugiados em países vizinhos e 700.000 na Europa Ocidental.

A mídia ocidental interferiu durante todo o período que a guerra perdurou, e não foi imparcial, quase sempre colocava Tudjman ou o líder muçulmano Izetbegovic como vítima multiétnica da agressão sérvia, e não considerou o fato dos sérvios de que assim como os muçulmanos ou os croatas, estavam lutando pelo seu direito a autodeterminação, garantido pela Carta das Nações Unidas de 1945.

Apesar dos Estados Unidos transmitirem para o resto do mundo a imagem de que Izetbegovic era uma pessoa inocente e que lutava para a libertação da Bósnia, os fatos nos mostram que ele não difere de líderes como Milosevic, Tudjman e Karadzic quanto as atrocidades cometidas. (HUDSON, 2003) Segundo Severo (2011), para que a imprensa mantivesse a postura de demonizar os sérvios, era possível que os muçulmanos-bósnios investissem em ataques contra sua própria etnia (como os ataques ao mercado em Sarajevo).

Ao final da guerra em 1995, com o Acordo de Dayton, a Bósnia foi dividida em 49 por cento para os sérvios, e 51 por cento para os croatas e muçulmanos, sua presidência seria formada por uma pessoa de cada etnia, que alternariam no poder em uma espécie de rodízio. (ALVES, 2013) O Acordo de Dayton conseguiu a paz através de negociações, coerção e imposição militar o qual garantiu sua execução. “O conflito iugoslavo apresentou para o mundo a força que as identidades étnicas têm. A chamada limpeza étnica foi, talvez, o principal instrumento utilizado pelos movimentos nacionalistas na tentativa de alcançar a supremacia política da etnia”. (ARAÚJO, 2001, p. 14). Com o Acordo de Dayton, a Bósnia-Herzegovina teve que repensar sua lógica de política, especialmente no âmbito nacionalista, buscando um

novo modelo que integrasse toda a população pluriétnica em suas políticas de segurança e bem estar social, levando em consideração que a partir de então seria uma nação plurinacional.

No âmbito internacional, a lentidão da atuação internacional no conflito provou, naquele momento, que o sistema internacional estava mudando e que se deveria pensar em novas abordagens aos conflitos e também às funções das Organizações Internacionais e dos Estados-Nações, pois, no Sistema Internacional os Estados são vistos como Governo, e confiam que estes irão garantir a segurança e direitos de sua nação, que fica desamparada quando o próprio Estado é o violador dos seus direitos, como pudemos observar no caso iugoslavo, sendo necessária a intervenção de organizações internacionais para restaurar a ordem e a paz.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz; MATHIAS, Ana Luiza Terra Costa. Identidades e diferenças: o caso da guerra civil na antiga Iugoslávia. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 4, n. 8, p. 438–454, 2012.

ALVES, José A. Lindgren. **Os Novos Bálcãs**. 1. ed. Brasília: FUNAG, 2013. p. 161.

ARAÚJO, Rodrigo Ulhoa Cintra de. **Sobre causas do desmembramento da Federação Iugoslava**. 2001. p. 116. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

AUDOIN-ROUZEAU, Stéphane. 1915: Stalemate. In: WINTER, Jay. **The Cambridge History of the First World War - Volume I: Global War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. p. 51- 62.

BECKER, Jean-Jacques; KRUMEICH, Gerd. 1914: Outbreak. In: WINTER, Jay. **The Cambridge History of the First World War - Volume I: Global War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. p. 37-50.

BERGHAHN, Volker R. Origins. In: WINTER, Jay. **The Cambridge History of the First World War - Volume I: Global War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. p. 25-36.

BEST, Antony; HANHIMAKI, Jussi; MAIOLO, Joseph; SCHULZE, Kirsten E. **International History of the XX century and beyond**. 3rd ed. Abingdon, Oxon: Routledge, 2015. p. 1-31.

CLINTON, Bill. Dayton Accords. **Encyclopaedia Britannica**, 2020. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/Dayton-Accords>. Acesso em: 27 maio 2021.

COSTA, Jean Carlo de Carvalho. Teoria social e etnicidade: uma interpretação hermenêutica das noções de nação e raça na contemporaneidade. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 17, n. 11/12, p. 1021–1046, nov./dez. 2007.

CSNU - Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas. **Resolución 743 (1992) de 21 de febrero de 1992**. CSNU, 1992. p. 9-10. Disponível em: [https://undocs.org/es/S/RES/743\(1992\)](https://undocs.org/es/S/RES/743(1992)) Acesso em: 25 jun. 2021.

DOPCKE, Wolfgang. Apogeu e colapso do sistema internacional europeu (1871-1918). In: SARAIVA, José F. Sombra (org.). **História das Relações Internacionais Contemporâneas: da Sociedade Internacional do Século XIX à Era da Globalização**. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2007. p. 77-129.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo império perecerá**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 415-432.

FIGUEIREDO, Filipe. A Iugoslávia na União Europeia - Parte 2. **Xadrez Verbal**, jul. 2013. Disponível em: <https://xadrezverbal.com/2013/07/02/a-iugoslavia-na-uniao-europeia-parte-2/> Acesso em: 01 jun. 2021

FINK, Carole K. **Cold War: an international history**. 1st ed. Boulder: Westview Press, 2014. p. 27-121.

GAT, Azar; YAKOBSON, Alexander. Nations. **The Long History and Deep Roots of Political Ethnicity and Nationalism**. 1st ed. Barcelona: Editorial Planeta S. A., 2014. p. 7-47.

GOMES, Luiz Henrique Marques. A trajetória do socialismo na Iugoslávia (1945-1990). **História Econômica & História de Empresas**, v. 22, n. 1, p. 231–258, 2019.

GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX**. Tradução: Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. 1. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997. p. 188.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural da Pós-Modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2005. p. 47-65.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Tradução: Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 230.

HUDSON, Kate. **Breaking the South Slav dream: the rise and fall of Yugoslavia**. 1st ed. London: Pluto Press, 2003. p. 89- 122.

IGLAR, Richard F. The Constitutional Crisis in Yugoslavia and the International Law of Self-Determination: Slovenia's and Croatia's Right to Secede. **Boston College International & Comparative Law Review**, v. 15, n. 1, p. 213–239, 1992.

LABANCA, Nicola. The Italian Front. In: WINTER, Jay. **The Cambridge History of the First World War - Volume I: Global War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. p. 155-172.

LOCH, Salus. Relembra as guerras na antiga Iugoslávia nos anos 1990. **Revista Superinteressante**, Maio 2015. Disponível em: <https://super.abril.com.br/historia/relembra-as-guerras-na-antiga-iugoslavia-nos-anos-1990/>. Acesso em: 01 jun. 2020.

MARQUES, Francisco. Guerra dos Balcãs: Croácia assinala o Dia da Memória de Vukovar. **Euronews**, nov. 2016. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2016/11/17/guerra-dos-balcas-croacia-assinala-o-dia-da-memoria-de-vukovar>. Acesso em: 18 maio 2021.

MICK, Christoph. 1918: Endgame. In: WINTER, Jay. **The Cambridge History of the First World War - Volume I: Global War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. p. 83-100.

NACIONALISMO. In: **Dicionário de português da Google; Oxford Languages**. Oxford: Oxford University Press, 2021.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Carta das Nações Unidas**. São Francisco: ONU, 1945. p. 24.

PATRIOTA, Antonio De Aguiar. **O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a Articulação de um Novo Paradigma de Segurança Coletiva**. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2010. p. 81-106.

REPÚBLICA Sérvia de Krajina. In: **WIKIPÉDIA**: a enciclopédia livre. Wikimedia, jul. 2020. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Rep%C3%BAblica_S%C3%A9rvia_de_Krajina Acesso em: 01 jun. 2021.

SEVERO, Marília Bortoluzzi. **Determinantes Sistêmicos na Criação e na Dissolução da Iugoslávia (1918-2002)**. 2011. p. 193. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

TURCI, Érica. Balcãs - conflitos étnicos: As guerras da Bósnia e de Kosovo. **Uol Educação**, out. 2008. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/balcas---conflitos-etnicos-as-guerras-da-bosnia-e-de-kosovo.htm>. Acesso em: 20 jun. 2020.

UNHCR. **The State of The World's Refugees – 2000**. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 218-243.

UNSC - United Nations Security Council. **General Framework Agreement for Peace in Bosnia and Herzegovina**. Paris: UNSC, 1995. p. 149. Disponível em: <https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Bosnia%20S1995%20999.pdf> Acesso em: 23 maio 2021.

UNSC - United Nations Security Council. **Resolution 713 (1991) of 25 September 1991**. UNSC, 1991. p. 42-43. Disponível em: [https://undocs.org/S/RES/713\(1991\)](https://undocs.org/S/RES/713(1991)) Acesso em: 25 jun. 2021.

UNSC - United Nations Security Council. **Resolution 757 (1992) of 30 May 1992**. UNSC, 1992. p. 13-16. Disponível em: [https://undocs.org/en/S/RES/757\(1992\)](https://undocs.org/en/S/RES/757(1992)) Acesso em: 25 jun. 2021.

WIMMER, Andreas. National Identity and Political Power: How Representation Breeds Patriotism. **Foreign Affairs**, Apr. 2018. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/world/2018-04-16/national-identity-and-political-power#>. Acesso em: 04 out. 2020

ŽIVOTIĆ, Aleksandar; ČAVOŠKI, Jovan. On the road to Belgrade: Yugoslavia, third world neutrals, and the evolution of global non-alignment, 1954–1961. **Journal of Cold War**, Vol. 18, No. 4, p. 79-97, 2016.

RESOLUÇÃO n° 038/2020 – CEPE

**ANEXO I
APÊNDICE ao TCC**

Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

O(A) estudante RAFAEL FELIPE BEZERRA SOARES do Curso de Relações Internacionais matrícula 20151004302567, telefone: (62) 99677-4721, e-mail rafaelfelipebs@gmail.com, na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei n° 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado NACIONALISMO E AS GUERRAS DE INDEPENDÊNCIA DA CROÁCIA E DA BÓSNIA, gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 21 de junho de 2021.

Assinatura do(s) autor(es):

Rafael Felipe Bezerra Soares

Nome completo do(s) autor(es): Rafael Felipe Bezerra Soares

Assinatura do professor-orientador:

Danillo Alarcon

Nome completo do professor-orientador: Danillo Alarcon